UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

IEDA DE MENEZES REIS

**Inclusão social no meio universitário: o discurso e a vivência cotidiana do
estudante na EACH-USP**

São Paulo
2015

IEDA DE MENEZES REIS

**Inclusão social no meio universitário: o discurso e a vivência cotidiana do
estudante na EACH-USP**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 22 de setembro de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Andréa Viude

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Reis, Ieda de Menezes

Inclusão social no meio universitário : o discurso e a vivência cotidiana do estudante na EACH-USP / Ieda de Menezes Reis ; orientadora, Andréa Viude. – São Paulo, 2015
97 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Universidade pública – São Paulo. 2. Estudantes universitários - Assistência. 3. Inclusão social. 4. Assistência social. 5. Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. I. Viude, Andréa, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 378.9816

Nome : REIS, Ieda de Menezes

Título : Inclusão social no meio universitário: o discurso e a vivência cotidiana do estudante na EACH-USP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

Aprovado em : 22 /09 / 2015

Banca Examinadora

Prof. Dra. Andréa Viúde

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dra. Gladys Llajaruna Huayhua

Prof.Dr. Humberto Miguel Garay Malpartida

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Agradecimentos

Agradecer sempre é um ato de reconhecimento e eu em momentos como este sempre tenho a impressão que não contemplo todos que quero agradecer.

Mas tenho que agradecer sempre às forças do universo que sempre estão presentes em minha vida me ajudando a permanecer neste planeta e a enfrentar todos os obstáculos que vão aparecendo.

Agradeço aos meus pais Margarida e Conrado que são anjos na terra que permitiram que eu surgisse e que fazem da minha permanência aqui na terra uma experiência monumental.

Agradeço aos meus irmãos, sobrinhos, que são nove (!!!!) e cunhadas, pessoas que sempre me apresentam obstáculos e desafios a superar e que sei são uma torcida organizada por mim.

Ah os amigos... estes são anjos que escolhemos para estarem e compartilharem conosco a vida, não gostaria de citar nomes, pois temo ser injusta, mas são poucos e extremamente companheiros.

Agradeço meus companheiros e companheiras de trabalho: as assistentes sociais Alice (Butantã), Aline (atualmente no Fórum São Miguel) e Priscila (minha atual companheira de trabalho e meu alicerce no trabalho) que me incentivaram com os conselhos duros e esclarecedores típicos da profissão e com um carinho peculiar delas; ao assistente acadêmico Raul pelas dicas, conselhos típicos de um amigo em uma mesa de bar; a nossa técnica administrativa Denise, que não sabe que foi o olhar dela que não me fez desistir de tudo e especialmente a estagiária Carol Marques, que é de uma energia positiva inigualável, foi vida injetada em nosso setor e que me auxiliou de forma importante nas entrevistas dos sujeitos da pesquisa; sem ela seria difícil.

Agradeço a dois arcanjos que na última hora surgiram e foram também de fundamental importância na estrutura deste trabalho Fátima (Biblioteca da EACH) e Jerusa (do Apoio Acadêmico da EACH).

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Andréa Viúde, que nos momentos importantes e decisivos, onde inúmeras vezes pensei em desistir, me apoiou e trouxe orientações sábias; foi exigente e doce na medida certa.

Agradeço às minhas colegas, assistentes sociais, do Butantã que me apoiaram e foram companheiras nestes longos anos de trabalho.

Agradeço aos meus colegas da EACH que me fizeram despertar, de certo modo, para pesquisar esse assunto.

E especialmente, agradeço a todos os milhares de estudantes que, nestes anos todos, atendi e me proporcionaram aprendizado suficiente para me considerar PHD nas estratégias de sobrevivência em uma universidade que ainda não consolidou seu compromisso para com os estudantes de baixa renda. São vitoriosos e estão fazendo a diferença no mundo!

Coração Civil

Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
São José da Costa Rica, coração civil
Me inspire no meu sonho de amor Brasil
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder ?
Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
Eu vou viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar

(Milton Nascimento)

RESUMO

REIS, Ieda de Menezes. **Inclusão social no meio universitário**: o discurso e a vivência cotidiana do estudante na EACH-USP. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A educação, enquanto um direito fundamental do homem, vem passando por processo de reconhecimento no decorrer da formação da sociedade, sua importância no exercício da cidadania e na garantia de direitos, atualmente é indiscutível, bem como propiciar a diminuição das desigualdades sociais. A Universidade São Paulo, vem implantando programas de inclusão social para estudantes oriundos da escola pública e os seus principais programas são o Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP), que tem previsto desde bônus nas notas do vestibular até outros mecanismos de acréscimo de bônus no vestibular, bem como o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), com seus auxílios financeiros aos estudantes carentes. Evidente que estas iniciativas são louváveis, porém na prática cotidiana como assistente social, nos deparamos com as lutas diárias destes estudantes, as dificuldades que encontram para cumprir com as exigências acadêmicas. Propusemos, com este estudo sistematizar, analisar e teorizar o discurso da universidade confrontando-o com os relatos dos estudantes que foram contemplados por estes programas. Constatamos que a permanência estudantil abrange não só os aspectos materiais, mas bem como os aspectos simbólicos, desse modo não é garantida a inclusão social do estudante apenas com o auxílio financeiro, pois a exclusão social intramuros na universidade permanece.

Palavras chave: Assistência estudantil. Inclusão social. Universidade. Discurso. Permanência estudantil.

ABSTRACT

REIS, Ieda de Menezes. **Social inclusion in the university environment:** the speech and the daily life of a student at EACH-USP. 2015. 97 f. Dissertation (Master of Science) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

Education as a fundamental human right, is undergoing recognition process during the formation of the company, its importance in the exercise of citizenship and the guarantee of rights, is now indisputable, and to foster the reduction of social inequalities. The University of São Paulo, has been implementing social inclusion programs for students from public schools and its main programs are the Social Inclusion Program, USP (INCLUSP), which is scheduled from bonuses in entrance exam notes to other bonuses increase mechanisms the entrance exam and the Support Program Student Residence and Training (PAPFE) with its financial aid to needy students. Clearly these initiatives are commendable, but in everyday practice as a social worker, we face the daily struggles these students, the difficulties encountered to meet the academic requirements. Proposed, with this study systematize, analyze and theorize the discourse of university confronting him with the reports of the students who were covered by these programs. We found that student residence encompasses not only material aspects but as well as the symbolic aspects, thus the student's social inclusion only with the financial assistance is not guaranteed because social exclusion intramural university remains.

Keywords: Student support. Social inclusion. University. Speech. Student permanence.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	10
2	REFLETINDO A UNIVERSIDADE : UM BREVE RESGATE HISTÓRICO.....	13
2.1	Sobre o surgimento e os caminhos no mundo.....	13
2.2	A Universidade de São Paulo.....	15
2.3	A novidade na USP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.....	19
2.4	Reflexões sobre a instituição Universidade a partir deste breve relato histórico.....	25
3	O CAMINHO: DO INGRESSO À PERMANÊNCIA.....	29
3.1	Como ingressar na Universidade?.....	29
3.2	Da permanência a inclusão social?.....	36
4	UM PASSO METODOLÓGICO.....	43
4.1	Limitações da pesquisa.....	47
4.2	Os sujeitos da pesquisa.....	48
5	O PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO ESTUDANTIL (PAPFE) E O DISCURSO DE INCLUSÃO SOCIAL.....	52
6	DISCURSO E UNIVERSIDADE: O VESTIBULAR, A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E O COTIDIANO DOS ESTUDANTES.....	60
6.1	Impressões sobre a universidade.....	60
6.2	Impressões sobre o vestibular.....	63
6.3	Impressões sobre permanência estudantil.....	65
6.4	Impressões sobre o cotidiano e qualidade de vida na universidade...	69
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	77
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS ESTUDANTES.....	86
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	89
	ANEXO B –.SISU : TABELA DE VAGAS (2016).....	93

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como proposta trazer reflexões acerca da permanência estudantil e a inclusão social prometida por este programa à luz do discurso dos estudantes que têm acesso aos auxílios oferecidos pela Universidade de São Paulo (USP), na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), bem como analisá-los à luz do discurso da instituição. Nosso objetivo geral é entender como os estudantes de graduação, da EACH que ingressaram em 2014, apesar de todo cenário propício à exclusão, conseguem encaminhar seus cursos. E também compreender os percalços cotidianos desses estudantes. Bem como:

- comparar o discurso da USP com a fala dos alunos atendidos com os apoios estudantis;
- identificar e compreender os “mecanismos” de resistência do estudante de baixa renda na universidade;
- identificar e compreender o cenário universitário onde este estudante está inserido, focando esta análise na EACH;
- investigar o cotidiano destes estudantes e os mecanismos da exclusão cotidiana.

Pretendemos então utilizar como instrumento de análise de nosso material de pesquisa a Análise do Discurso, onde se considera, entre outros, a fala e a linguagem.

A política de assistência estudantil vincula-se às políticas de educação e enquanto política social de direito é operacionalizada no âmbito da educação. Seu propósito é contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes das classes populares, em cursos de nível superior, permitindo que cheguem ao término da trajetória acadêmica de forma satisfatória. O processo de democratização do acesso ao ensino superior justifica-se pela garantia universal do direito à educação a todos. A educação, enquanto um direito fundamental do homem, vive constante processo de reconhecimento no decorrer da formação da sociedade. No Brasil, a educação surge como um direito de todos, desde a Constituição de 1934, onde a oferta de educação necessita de assistência aos estudantes. No ensino superior, há registros de que desde a formação das primeiras universidades, já existiam algumas ações de assistência estudantil por meio de casas de estudantes, programas de bolsas,

descontos ou isenção nos restaurantes universitários, entre outros.

Neste estudo, na seção 2 “Refletindo a Universidade: um breve resgate histórico”, é desenvolvido um breve relato histórico das universidades, nele verificamos que na criação da primeira universidade no mundo, há, notadamente, um privilégio no ingresso para as classes mais abastadas da sociedade. Na Europa, em princípio, o público era os estudantes cujas famílias tinham estreito relacionamento com a nobreza e a Igreja Católica. Nas universidades brasileiras, privilegiava-se os estudantes cujas famílias tivessem ligações com a família real; e em São Paulo especialmente as famílias burguesas que criaram e organizaram a primeira universidade do Estado, a USP.

Na seção 3 “O Caminho: do ingresso à permanência”, apresentamos também os vários processos de ingresso às universidades, cujos métodos, desde os apresentam formas de ingresso, como por exemplo apresentação, entrevistas, provas, que podem criar critérios de exclusão alinhados ao pensamento de que a universidade deve ser para poucos, exigindo que estudantes provenientes de escolas públicas do ensino médio (antigo ensino secundário) quando possível, frequentassem cursos preparatórios para os diversos processos de seleção às universidades.

Na seção 4 “Um passo metodológico”, um breve relato histórico é desenvolvido sobre as políticas de assistência estudantil, que, *a grosso modo*, até os tempos atuais têm focado em moradia estudantil e alimentação. A necessidade de implantação de políticas de assistência estudantil se justifica no momento em que se iniciou, na educação superior, um processo de ampliação das medidas de acesso e inclusão, a partir da criação de novas universidades, de fomento de políticas de ações afirmativas, reestruturação e criação de novas vagas nas universidades existentes. Ações essas que contribuíram para a entrada de um novo perfil de estudante nas universidades públicas brasileiras, tornando, dessa maneira, a assistência estudantil indispensável para a garantia de condições de permanência dos novos estudantes neste grau de ensino. De nada adianta apenas a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação.

Apresentamos então, na seção 6, os dados do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil juntamente com o cenário e dados a serem

analisados. Nos propomos a analisar o discurso de inclusão social da USP, que ao longo dos anos vem implementando políticas de inclusão aos alunos provenientes de escola pública e de famílias de baixa renda, com os relatos à respeito do cotidiano dos alunos ingressantes em 2014, na EACH e beneficiados por estas políticas implementadas pela Universidade. O destaque para o ano de 2014 dos ingressantes, pois a EACH, naquele período, esteve com seu espaço interditado, ocorrendo uma interferência importante no cotidiano dos estudantes e maximizando as dificuldades de adaptação dos ingressantes. Desenvolvemos, nesse ponto, uma breve discussão à respeito da interdição, visto a sua importância no cotidiano dos estudantes.

Desde 2002, as universidades públicas do País têm implementado programas para facilitar o acesso aos estudantes de baixa renda, até mesmo para atender o que é previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 que reconhece no seu Art. 205 que a educação como direito de todos e dever do Estado, da família e para isso prevê no seu Art. 206 que o ensino será ministrado com base entre outros no seguinte princípio: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Em 2011 foi estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE), no qual foi previsto 30% de vagas no ensino superior para a população entre 18 e 24 anos, pois segundo estudos do próprio Ministério da Educação, a cada ano a mais de estudo, a renda média dessa pessoa aumenta em torno de 16%. Embora em expansão, este nível de ensino alcança apenas 10% da população entre 18 e 24 anos. Espera-se que essa expansão anunciada no último PNE, não apenas agregue mais alunos, mas se caracterize por independência entre as origens sociais destes e seu acesso ao ensino superior, a escolha de carreira, seu desempenho acadêmico, na sua permanência estudantil, promovendo assim a aclamada democratização do ensino superior (BOUDON, 1979; MARTINS, 2000; SILVA, 2003).

Nesse sentido na discussão e análise dos discursos refletimos o quanto os auxílios oferecidos pela USP, embora bem aceitos e utilizados pelos estudantes, emancipam de fato estes e os insere na vida acadêmica.

Este estudo embora não seja inédito lança novas discussões, principalmente sobre a permanência estudantil na USP.

2 REFLETINDO A UNIVERSIDADE : UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

2.1 Sobre o surgimento e os caminhos no mundo

Universidade é uma instituição histórica que abriga em seus pilares tensões, transformações, resistências, construção de saberes críticos, inovações, entre outras coisas. É um espaço que surgiu em solo europeu¹, aproximadamente no século XI, e que no decorrer da história pouco mudou em sua estrutura comparada às outras instituições, pois desde o início se apresenta como local de estudo para reduzido número de pessoas, beneficiando diretamente a burguesia. Segundo Buarque (1994, p. 31) a universidade surge como contemporânea, indo do feudalismo ao capitalismo, sendo um instrumento da criação de um novo saber.

No decorrer da História a universidade tem influenciado e é influenciada pelas transformações sociais, econômicas e políticas, levando à prática do pensamento crítico, do questionamento da realidade e incentivando a liberdade intelectual. Na reflexão de Buarque (1994, p. 31) nos deparamos com os vários significados da Universidade ao redor do mundo, onde

A universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja. Nos Estados Unidos a universidade desempenhou uma função-chave na construção da sociedade de consumo, na defesa da potência econômica e militar norte-americana. Na África do Sul, a universidade branca serviu competentemente para viabilizar a elevação do nível de vida dos brancos e manter o sistema do *apartheid* funcionando. Em países da Europa, as universidades são instrumentos de dinâmica da economia. Através do mercado, elas conseguem oferecer mão-de-obra e pesquisas para consumidores e empresas. Em Cuba, com prioridades definidas pelo Estado, a universidade tem por papel solucionar os problemas de educação e saúde das massas, produzir conhecimento para uma nação acuada. No Brasil, como certamente na Rússia de hoje, a universidade não dispõe de um projeto, nem de prioridades definidas pela sociedade.

Nas sociedades modernas prevalecem algumas visões sobre o conhecimento, como por exemplo o conceito de educação como capital humano ou como fator de mudança e progresso da sociedade. Também tem a vertente da educação superior como status, como fator de estabilidade material e

¹ A primeira universidade européia, segundo Schwartzman (1999), é a de Bologna que data de 1088. Existem registros, segundo a revista Galileu, de que a primeira universidade no mundo surgiu no Marrocos em 859 D.C.

consequentemente de reprodução da desigualdade social. Estas visões do conhecimento nas sociedades modernas apresentam um conflito de interesses onde ou tem-se a universidade como espaço de investigação científica autônoma e independente ou em centros de formação profissional para atender as demandas por profissionais especializados. Apresentam-se, por exemplo as universidades técnicas, com propostas de formação profissional: navegação, guerra, comércio e indústria e a ciência: a filosofia natural, considerando o cientista como categoria social. E as universidades com propostas voltadas à pesquisa, como por exemplo a Universidade de Bologna, criada em 1150 e a Universidade de Paris, criada em 1170. Com a revolução francesa e o fim das universidades religiosas, houve o surgimento das Grandes Écoles: Polytechnique e a École Normale, ambas criadas em 1794 e voltadas ao ensino de engenharia e formação de professores, respectivamente. Também tivemos a Universidade de Humboldt, criada em 1810, na Alemanha como modelo da universidade de pesquisa. As Universidades Inglesas e Escocesas voltadas às ciências naturais e também à medicina. Já entre as universidades norte-americanas, em princípio, existem as que seguem o modelo inglês, como Harvard University (a mais antiga instituição de ensino superior dos Estados Unidos, criada em 1636) e as que seguem o modelo alemão como John's Hopkins University, criada em 1876, universidade também de reconhecimento mundial voltada à pesquisa. Os Estados Unidos ainda apresentam como modelos de ensino superior os Land Grant colleges que trabalham com temas práticos e não acadêmicos, tais como agricultura, entre outros, pois atendem uma lei de concessão de terras para estudos em universidades que datam de 1862 e têm, desde aquela época, o objetivo de desenvolver o trabalho e pesquisa na agricultura. Outro modelo estadunidense são as research universities (por exemplo Universidade de Michigan) voltadas basicamente à pesquisa. Há a diversificação de funções e papéis das universidades, há a diferenciação institucional entre university que é o mesmo que as universidades aqui no Brasil onde concentram-se várias faculdades, colleges são o que chamamos de faculdade e community college assemelham-se a instituições como as Fatecs por exemplo. Bem como da forma de financiamento destas instituições, considerando o papel da filantropia, o caráter público e o privado. Atualmente no Brasil algumas instituições como Mackenzie, PUCs, entre outras têm seu caráter filantrópico questionado, pois visam lucro e as instituições públicas nos

EUA são em número reduzido, sendo a maioria das instituições de ensino superior nos EUA de caráter privado (SCHWARTZMAN, 1999, p. 29).

Na América Latina temos as universidades tradicionais religiosas na Guatemala, Peru, República Dominicana, entre outros. E o modelo napoleônico (considerando as universidades como instituições nacionais e com normas uniformes controladas pelo governo) das escolas profissionais no Brasil do século XIX. O objetivo era transformar as antigas colônias em estados-nações com elites profissionais formadas por instituições controladas pelo poder público e livres da influência religiosa. Deveria prevalecer o ensino das ciências naturais, bem como da engenharia, medicina e direito, profissões das elites. No Chile e na Argentina as universidades públicas deveriam ter um papel de coordenação de grandes sistemas educacionais (SCHWARTZMAN, 1996). Com a Reforma Universitária de Córdoba em 1918 levanta-se a discussão que se estende por toda América Latina sobre autonomia universitária, gratuidade do ensino superior e governo tripartite (com participação de estudantes, docentes e funcionários administrativos). No século XX temos na América Latina as universidades de massa em: Buenos Aires, México, República Dominicana, Montevideo e também em alguns estados brasileiros.

É diante deste cenário do surgimento das universidades no mundo, na América Latina, notadamente privilegiando, em um primeiro momento as elites que começaremos nossa reflexão sobre o surgimento da universidade no Brasil e, especialmente, a criação da Universidade de São Paulo.

2.2 A Universidade de São Paulo

Em alguns países da região, tais como México, Guatemala, Peru, entre outros, as universidades datam do século XVI. No Brasil surgem as primeiras "escolas superiores", com a vinda da família real de Portugal para o Rio de Janeiro, em fevereiro de 1808 na Bahia (Faculdade de Medicina que hoje pertence a Universidade Federal da Bahia (UFBA)) e em novembro do mesmo ano no Rio de Janeiro (Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina que, atualmente, pertence a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)). Em princípio havia uma forte resistência da Coroa e da própria elite brasileira que não viam a necessidade de ter uma universidade na Colônia, pois era mais adequado que procurassem a Europa para desenvolver seus estudos. Havia também o controle sobre a independência

cultural e política dos brasileiros e isto justificava, de certo modo, na resistência à criação de universidades no país (MOACYR, 1937, p. 580-581). Em 1810, foi criada a Academia Real Militar e as mudanças mais significativas ocorreram com a criação dos cursos jurídicos, em 1827, instalados no ano seguinte: um em 1º de março de 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda, em 15 de maio daquele ano. Segundo João Roberto Moreira, esses dois cursos passam a ter grande influência na formação de elites e na mentalidade política do Império. Constituem, sem dúvida, centros de irradiação de novas ideias filosóficas, de movimentos literários, de debates e discussões culturais que interessavam à mentalidade da época. E mais, tornam-se provedores de quadros para as assembleias, para o governo das províncias e também para o governo central (MOREIRA, 1960, p. 53). Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de “desoficialização” do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados.

O surgimento da Universidade de São Paulo em 1934 (pós derrota na Revolução de 1932), criada pela elite política do Estado de São Paulo num confronto claro com o governo federal da época que pretendia estabelecer uma universidade nacional no Estado do Rio de Janeiro, à época capital federal do país. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro era Francisco Campos que tinha uma proposta, para o ensino superior, preponderantemente centralizadora tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. Foi neste período que foi promulgado o decreto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) e o Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31) nestes dois decretos não era contemplada a autonomia universitária pauta discutida até os tempos atuais. A USP surge, naquele momento, como um contraponto à proposta conservadora e centralizadora de Campos. Júlio de Mesquita Neto foi um dos maiores entusiastas da criação da USP, pois acreditava que para o Estado de São Paulo manter sua liderança no país deveria ter uma elite instruída nas ciências modernas e com domínio das mais modernas práticas gerenciais e de negócios. Mesquita Filho descreve seu empenho para a criação de uma universidade paulista assim.

Derrotados pelas forças das armas, sabíamos perfeitamente bem que só pela ciência, e com um esforço contínuo, poderíamos recuperar a hegemonia gozada na federação por várias décadas. Paulistas até os ossos, tínhamos herdado dos nossos antepassados bandeirantes o gosto pelos projetos ambiciosos e a paciência necessária para as grandes realizações. Que monumento maior do que uma universidade poderíamos erigir àqueles que tinham aceito o sacrifício supremo para defender-nos do vandalismo que conspurcava a obra dos nossos maiores desde as bandeiras até a independência, da Regência até a República?(...) Saímos da revolução de 1932 com o sentimento de que o destino tinha colocado São Paulo na mesma situação da Alemanha depois de Jena, do Japão depois do bombardeio pela marinha norte-americana, ou da França depois de Sedan. A história desses países sugeria os remédios para os nossos males. Tínhamos vivido as terríveis aventuras provocadas, de um lado, pela ignorância e incompetência daqueles que antes de 1930 tinham decidido sobre o destino do nosso estado e da nossa nação; de outro, pela vacuidade e a pretensão da revolução de outubro (1930). Quatro anos de contatos estreitos com os líderes das duas facções nos convenceram de que o problema do Brasil era acima de tudo uma questão de cultura. Daí a fundação da nossa universidade, e mais tarde da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (MESQUITA FILHO, 1969 apud SCHWARTZMAN, 2006b, p. 69).

Este discurso é bem claro para quem se destina, ou seja, com qual classe social dialoga, com a preocupação, ainda, que se estabeleça e mantenha o *status quo*. Em 1933 foi fundada a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com o objetivo de formar as elites paulistas para fomentar a crescente participação do Estado na sociedade. O modelo sociológico norte-americano constituiu o exemplo para Escola de Sociologia, enquanto que o mundo acadêmico francês foi a principal fonte de inspiração para a USP. A USP, ainda nos anos 30, foi agregando faculdades que já existiam, tais como: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que surgiu como elemento de integração, Escola Politécnica (POLI), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Educação Física de São Paulo e Escola de Engenharia de São Carlos.

As finalidades, contidas no decreto de inauguração da Universidade de São Paulo eram (SÃO PAULO, 1934):

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida;

- c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

A partir de 1960 os cursos começaram a ser concentrados na Cidade Universitária no Butantã. Esta concentração dos cursos no Butantã, bem como a reestruturação deles acontecem no momento da ditadura militar. Sobre a evolução da USP, Schwartzman (2006) diz

Ao longo destes anos, a Universidade de São Paulo se transformou, de uma pequena coleção de faculdades profissionais e uma Faculdade de Filosofia diminuta em um grande complexo, com dezenas de milhares de estudantes, dezenas de faculdades e institutos, uma grande editora, um complexo hospitalar de padrão internacional, e mobilizando recursos anuais da ordem de bilhões de reais, entre verbas próprias, recursos de pesquisa, contratos de assistência técnica e outras atividades.

É em São Paulo, ainda, onde estão as mais importantes universidades do país (Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade do Estado de São Paulo, (UNESP)), e, a principal delas, no Estado de São Paulo, continua sendo a USP, segundo avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O Estado de São Paulo possui cerca de 11 mil pesquisadores, sendo que um número significativo é oriundo da Universidade de São Paulo e responsável pela metade da produção científica brasileira. O sistema universitário público paulista é financiado preponderantemente por recursos orçamentários, com porcentagem do ICMS que, atualmente, chega em 9,57% e que vem sendo discutida, repetidamente, pelo governo paulista para sua diminuição. Por muito tempo, o Estado se manteve na vanguarda da produção econômica, social e cultural. Atualmente, no Estado de São Paulo, já há demonstração de problemas estruturais que podem comprometer o estágio alcançado nas universidades, como diminuição das verbas para projetos de pesquisa, limitações nos programas de permanência estudantil, embora estes sejam escamoteados por “reformas” nos programas, bem como sucateamento de equipamentos e cada vez mais um reduzido corpo de docente e funcionários técnico administrativos. Evidentemente que a importância econômica do Estado interfere no desempenho científico e na interferência política exercidos pela USP.

Apesar dos impasses, Souto Maior (2014a,b) reflete que a USP está no caminho da democratização e que trata-se de um percurso sem volta. Diz ainda que o esforço de uma universidade pública é produzir saberes que sirvam à sociedade como um todo, e não priorizando interesses particulares. Ainda, segundo esse autor, há um notório conflito de interesses em produções de uma universidade pública em favor exclusivo de entidades privadas.

2.3 A novidade na USP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades

A USP é reconhecida como um espaço social altamente estratificado, com suas políticas internas que sempre foram direcionadas à preservação do padrão de produção de conhecimento erudito e especializado que entravam em choque com as demandas sociais de expansão do acesso, democratização da pesquisa e fortalecimento da extensão, por isto houve, durante um longo período, resistência para atender reivindicações de movimentos populares para a expansão da USP para as periferias seja da cidade de São Paulo, seja para cidades “periféricas” do Estado. Para muitos setores conservadores da universidade, que primam pela manutenção de um acesso restrito à universidade, o atendimento às demandas sociais foram e são uma ameaça à qualidade e à autonomia da produção de conhecimento. É justamente essa universidade, considerada de excelência e com padrões acadêmicos enraizados na proposta inicial de criação da USP de atender a elite paulista, que vai, no começo da década de 2000, propor a criação de um novo campus em uma região periférica da cidade, a zona leste (ZL) de São Paulo.

Em 2005 é inaugurada na Zona Leste de São Paulo, no bairro de Ermelino Matarazzo, a Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH), conhecida como USP Leste, com 10 cursos que têm como proposta fugir à tradição universitária brasileira e visam à diversificação das áreas consolidadas da instituição, bem como servir como centro de extensão e cidadania em uma região carente de iniciativas públicas. Teve como objetivo ampliar e descentralizar as atividades de ensino e pesquisa da Universidade de São Paulo em uma região da cidade de São Paulo carente de maiores facilidades operacionais devido à sua localização, como por exemplo: transporte, moradia para os estudantes, bibliotecas, entre outros. A EACH veio corroborar a política de expansão do número de vagas no vestibular 2005 para a USP, com 1.020 vagas, das quais 420, à época, no período noturno,

correspondendo a um crescimento de 12% em relação às vagas oferecidas em 2004, de 8.547 para 9.567. Também tinha como proposta, segundo Prof. Celso de Barros (que à época foi Coordenador Geral do Projeto USP Leste e Chefe de Gabinete do Reitor):

- a abertura de possibilidades para uma ação efetiva de inclusão social, respeitada a meritocracia;
- levar o ensino público superior, gratuito, para uma região populosa, pouco favorecida e de baixa renda;
- contribuir para o seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Quando, na proposta de implantação da USP Leste, fala-se de “inclusão social, respeitada a meritocracia”, fica claro que não há uma proposta inovadora de ingresso na universidade, não há a discussão, naquele momento, sobre cotas raciais e/ou sociais, considerando as características populacionais da região, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo. Não são consideradas de fato as características socioculturais da região, como por exemplo: região de trabalhadores na área da indústria, com forte organização sindical e em outros movimentos populares; maioria de estudantes do ensino médio provenientes do ensino público; a cena cultural da região de onde surgiram muitos movimentos culturais (como o rap, por exemplo).

Tem-se aí, ainda, um discurso da elite que resolve permitir o acesso da população de baixa renda à maior universidade do país. Isto também se reflete, nesta unidade de ensino, em ter mais atividades de extensão com a comunidade, com oferta de cursos e palestras, ou facilitando o acesso a outras instalações da universidade na zona oeste, destaca-se aí que a USP é uma universidade pública e o acesso às suas instalações, de modo geral, deveria ser livre. Para este fim criou-se, em parceria com o SEBRAE, o Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educativo (NASCE), um órgão instalado no centro de Ermelino Matarazzo desde abril de 2004, que, de certo modo, aproximava a população da zona leste à universidade e dava significado às características socioculturais da região e tinha como objetivos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010):

- a) Por meio da investigação, promover a formação das comunidades internas e externas à universidade, a difusão de conhecimentos e de acolhida e qualificação de demandas da população da Zona Leste e municípios vizinhos.

- b) Promover atividades culturais e extensionistas, em seu sentido amplo, de modo a favorecer – no âmbito de sua elaboração, desenvolvimento, execução e avaliação – o envolvimento e a participação das comunidades internas e externas à universidade, com os mais variados temas e enfoques.
- c) Obedecer ao princípio da gratuidade às pessoas usuárias.
- d) Favorecer a reunião de pesquisadores docentes e discentes de diferentes unidades e departamentos em atividades de extensão universitária voltadas à promoção e desenvolvimento da Zona Leste e municípios vizinhos.
- e) Adotar, preferencialmente, um caráter interdisciplinar em seus projetos e ações, considerando a heterogeneidade e complexidade da realidade social e da população, e enfatizando as questões educacionais, ambientais, sociais, econômicas e culturais da região.
- f) Promover a formação crítica das pessoas envolvidas nas atividades e o compromisso com a transformação das condições locais.
- g) Propiciar condições para a inclusão social, econômica, educacional e científica dos moradores da Zona Leste, bem como fortalecer o exercício e a prática da cidadania participativa.

O NASCE atendeu, de certo modo, as expectativas dos moradores da região, mas a universidade não soube como continuar atendendo as demandas que lá surgiam. No NASCE, em determinado momento, houve uma efervescência de atividades, mas não havia interesse da USP em leva-las adiante, pois sairia da proposta ainda elitista do acesso restrito e meritocrático. Atualmente, de fato, não há mais atividades do NASCE, mas, oficialmente este núcleo ainda existe no papel.

No NASCE havia um cursinho pré-vestibular onde os estudantes levavam suas expectativas, principalmente, no que diz respeito aos cursos que gostariam de frequentar na USP, tais como: medicina, direito, engenharia, entre outros, porém não existem estes cursos na USP Leste. A justificativa da universidade é de que há um impedimento legal para implantar tais cursos na USP Leste, pois existe o Decreto 52.326 de 16 de dezembro de 1969 que regulamenta e impede a implantação de cursos em “duplicidade” no mesmo município (SÃO PAULO, 1969). Esta barreira poderia ser facilmente transposta por um novo decreto do governador e assim colaborar para que os sonhos destes estudantes e seus familiares pudessem tornar-se realidade.

A USP Leste ainda é o reflexo da proposta elitista e conservadora de universidade paulista dos anos 30 (sua criação data de 1934) tanto no acesso para lá estudar ou para usufruir das poucas opções de estudo e “lazer” que existem no espaço. Frente ao que foi discutido anteriormente e também por ser um espaço público deveria proporcionar acesso livre a todos que lá quisessem estar, porém o acesso ao espaço físico é controlado. Há dificuldade para acessar biblioteca, o ginásio de esportes (que atualmente está interditado). Em Carvalho e Pereira (2010) fica claro os avanços e expectativas esperados pela implantação da nova universidade

Em 01/06/2005, a jornalista Laura Diniz escrevia uma matéria para o jornal o Estado de São Paulo intitulada “Zona leste já vê mudanças com a chegada da USP” onde descreve os primeiros impactos da chegada da EACH nas proximidades da estação Engenheiro Goulart (que, como vimos no item anterior, era a mais próxima do Campus, antes da inauguração da Estação USP-Leste): «O antigo “Bar da Lingüiça” incrementou seu cardápio e alterou a sua razão social para “Estação USP Lanches Ltda.”, com o objetivo de se transformar em ponto de encontro dos estudantes. »

«Nos supermercados, —prossegue a jornalista—, marcas pouco conhecidas deram lugar a produtos consagrados. Novas lojas abriram em busca do público diferenciado e, segundo a Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, houve uma concentração maior de residências em Engenheiro Goulart nos últimos meses. (...) A instalação da universidade e das novas estações de trem irão, realmente, dinamizar a região, segundo a urbanista Marta Grostein, coordenadora do Laboratório de Urbanismo da Metrópole (Lume), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. “O Tatuapé emergiu como espaço privilegiado de uns 10 anos para cá, devido à facilidade de acesso trazida pelo transporte público de massa, à boa localização na zona leste e à proximidade do centro”, afirmou Marta. Segundo ela, a região da Cidade Universitária – “hoje próspera, antes distante” - é outro exemplo de que a concentração de jovens exige serviços de apoio, novas moradias e estimula o desenvolvimento no entorno. »

Percebemos alguns avanços que poderiam ser mais vigorosos se a universidade fosse, de fato, mais acessível, não só com a característica do acadêmico, mas também como espaço público ocupado e sendo usufruído por toda população da zona leste da cidade de São Paulo. Analisando os números do vestibular para ingresso na USP (incluindo aí a nova unidade da região leste, dados daquele período de 2005 - FUVEST) nos deparamos com os seguintes indicadores na Tabela 1:

Tabela 1 - Perfil dos alunos

Ano 2005 – (início da EACH)	Butantã	EACH (USP Leste)
Egressos da escola pública	29%	47%
Etnia: negros	10%	21%
Renda familiar de até R\$1.500,00	23%	39%

Fonte: Gomes (2005).

Os residentes na zona leste e municípios vizinhos da EACH eram 42% e os candidatos para curso noturno, à época, na porcentagem dos alunos provenientes da rede pública estadual foi alta, atingindo índices superiores a 80%. A inovação acadêmica trazida pelo projeto USP Leste também veio para atender a camada de baixa renda da região, até porque existe o Decreto 52.326 que não permite a criação de cursos iguais, na mesma instituição, no mesmo município, impedindo que os cursos clássicos almejados (medicina, direito, engenharia) por aquela população não pudessem ser implantados na EACH (SÃO PAULO, 1969). Foram oferecidos então dez cursos, considerados por parte da academia, como profissionalizantes: licenciatura em ciências da natureza, marketing, gestão de políticas públicas, gestão ambiental, ciência da atividade física, lazer e turismo, têxtil e moda (antes tecnologia têxtil e da indumentária), obstetrícia, gerontologia e sistema da informação, em graduação, e com a preocupação de envolver os alunos em atividades integradas de ensino e de pesquisa.

Na disciplina chamada resolução de problemas que busca uma maior preocupação com a cidadania, com a busca de soluções para os problemas sociais e a maior articulação dos conhecimentos científicos com os interesses da sociedade, busca-se inovar e incluir a população de baixa renda da região (GHANEM; MARCHIONI, 2005).

Esta proposta inovadora, do ponto de vista acadêmico, incluiu também a criação do ciclo básico, ministrado obrigatoriamente para todos os alunos, oferecendo um elenco de disciplinas de conhecimento geral, sobre temas integrados das artes, das ciências naturais e das humanidades, e de disciplinas mais específicas que, juntas, exercem papel ativo no processo de construção do conhecimento. Pretendeu-se com esta proposta contribuir para o resgate da formação humanística que tão bem marcou a então Faculdade de Filosofia, Ciências

e Letras da USP. No discurso da USP sobre a perspectiva de inclusão social pela EACH temos na fala do Prof Celso Barros:

Ainda com muitas incertezas pela frente, a USP cumpre, uma vez mais, o papel histórico de ampliar e descentralizar suas atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços, levando-as porém, nesta oportunidade, para mais perto dos segmentos menos favorecidos da população, com a oferta de cursos profissionalizantes que atendam melhor aos seus interesses, numa ação inovadora que é feita sem nenhuma concessão de comprometimento ao mérito, almejando acima de tudo a promoção da inclusão social (GOMES, 2005).

O surgimento da USP Leste é marcado por conflitos e polarizações desde o início, mas, muitas vezes velados, pois nenhum dos grupos principais nas discussões iniciais (docentes e estudantes, bem como a classe política), ousou questionar a importância de uma universidade pública nessa região da cidade de São Paulo.

A USP Leste surge então por conta da pressão popular, por meio do Movimento Pela Educação da Zona Leste de São Paulo, por consequência por pressão política, preocupação com a expansão do ensino superior e pela cobrança pelo exercício da inclusão social e responsabilidade social por parte das universidades paulistas. Este movimento tem em suas lideranças religiosas, professores, estudantes, representantes da terceira idade, com uma atuação bastante expressiva na cidade de São Paulo.

A criação da USP Leste foi considerada como "missão" por parte da administração central da universidade, pois da implantação, no início de 2000 a inauguração em 2005 havia a preocupação de ser inaugurada ainda no Governo de Geraldo Alckmin, isto permitiu que houvesse uma configuração de poder específica para esta unidade da USP. Essa urgência era dada devido, primeiramente, pelo grau abissal das desigualdades de acesso ao ensino superior, que se manifestavam de forma dramática em São Paulo (destacada pelo Movimento pela Educação da Zona Leste), pela pressão do Ministério Público Estadual e por uma concepção de gestão moderna da universidade segundo a qual, deveria ser prestada contas à sociedade, mostrando eficiência no uso de recursos.

Na perspectiva de suprir as necessidades do mercado, a USP Leste foi considerada como uma nova opção de possibilidades às camadas de baixa renda da população. Para Pochman (2004) tanto a eficácia quanto a efetividade das políticas

públicas ainda estão muito subordinadas à condução neoliberal e contaminadas pela tradição clientelista e paternalista. Desse ponto de vista, a instituição acadêmica tradicional fica necessariamente comprometida com o elitismo cultural e os privilégios corporativos. Não há, ainda, o compromisso com as classes populares; a implantação da universidade em uma região periférica da cidade surgiu de uma pressão popular, porém não foram consideradas as necessidades reais daquela população. O interesse, naquele momento, foi mais com o cenário político do que com a implementação de uma política pública para o ensino superior numa região periférica da maior cidade do país. Houve a preocupação de garantir para os pobres cursos pouco tradicionais e para a elite os eminentemente tradicionais da universidade.

2.4 Reflexões sobre a instituição Universidade a partir deste breve relato histórico

Nesta pesquisa temos por objetivo estudar a inclusão social e permanência estudantil, mais adiante iremos discorrer à respeito à luz da análise dos discursos, porém consideramos importante destacar a história da instituição "universidade" no mundo. Um histórico breve da USP e de sua mais nova unidade, a EACH, foi realizado, promovendo a compreensão da vida cotidiana do estudante "carente" em uma universidade pública no Brasil.

Segundo Chauí (2003, p. 5):

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Ora vemos que, cada vez mais, desde a Revolução Francesa, a universidade expressa em seu microcosmo, a sociedade, buscando a autonomia do saber, tornando-se uma instituição republicana e, portanto, pública e laica. Já no século XX,

devido as lutas sociais e políticas, a educação e a cultura passaram a ser consideradas como direitos dos cidadãos. A partir daí a universidade, além da vocação republicana, também é considerada uma instituição social voltada à democratização do saber. Então poderíamos afirmar que a universidade é o reflexo perfeito da sociedade e do Estado?

Ainda segundo Chauí (2003, p. 6) temos;

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.”

Isto posto nos deparamos nos últimos anos, particularmente com a reforma do Estado com a educação, saúde e cultura sendo definidos como setores que compõem o Estado. A partir do momento que saúde, educação e cultura são considerados como setores do Estado e não serviços exclusivos do mesmo tem-se aí, segundo Chauí (2014a), alguns pontos importantes a discutir:

- a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço;
- a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado;
- a universidade passou a ser considerada como uma organização social e não como uma instituição social.

Ou seja, a universidade sendo considerada como uma organização parte de um compromisso de uma prática social como instituição social e pública para a obtenção de objetivos particulares, mesmo sendo pública. Passa a ser regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito.

Chauí (2003, p. 6) destaca :

“Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato (...). A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade.”

O significado dessa reflexão mostra que a universidade, como instituição, tem a sociedade como princípio e a organização tem como parâmetro a si mesma e a competição com outras organizações, vide atualmente os rankings de universidades pelo mundo.

Ter um ranking de universidades sempre esteve presente na estratificação dos sistemas do Ensino Superior. Com o intuito de ter as universidades com mais prestígio e reputação (considerando-as de "ponta") no topo do ranking e nos escalões inferiores podem ser encontradas as instituições que procuram democratizar e universalizar o acesso à Educação Superior. Ou seja, a qualidade e prestígio das universidades, cada vez mais, estão pautadas nos rankings nacionais e, principalmente, internacionais. Enquanto no passado a reputação era construída por um processo de acumulação de prestígio repassado pela tradição. Atualmente esse processo é quantificado e sistematizado a partir da introdução de instrumentos que pretendem mensurar o desempenho institucional, tal qual uma organização privada.

Segundo Chauí (2014a) à respeito do caráter privado das universidades públicas

Estamos diante da contradição entre a universidade operacional, estruturada pelo projeto político neoliberal, e a universidade pública de qualidade como direito do cidadão, defendida pelo projeto político das esquerdas. Um dos pontos centrais na ação política dos governos de Fernando Henrique Cardoso foi a de "modernização", entendida como transformação dos direitos sociais – educação, saúde, habitação, transporte, cultura – em serviços não estatais, isto é, a privatização dos direitos. Um direito social deve ser garantido pelo Estado, por meio de investimentos que assegurem e ampliem esse direito para todos os cidadãos; um serviço é algo que se compra e vende no mercado e, portanto, além de ser privado, funda-se na ideia de privilégio, uma vez que somente alguns poderão ter acesso a tais serviços. Muito já foi feito para desmontar a privatização e o privilégio, mas muito ainda precisa ser feito. Não podemos permitir uma regressão neoliberal no Brasil.

Por isso, pensar o desenvolvimento e o futuro das universidades para além da lógica do neoliberalismo econômico é um projeto que poderá ir contra a hegemonia hoje estabelecida e demanda uma perspectiva crítica e permanente por parte de especialistas, Estado, educadores e a sociedade.

Vale destacar que este caráter neoliberal, atual, nas universidades públicas reflete-se na forma de ingresso, permanência e inclusão social dos estudantes, perdurando ainda o caráter elitista e excludente presentes desde a criação de

universidades no mundo, como iniciativa da burguesia europeia, no Brasil como iniciativa da família real portuguesa e no Estado de São Paulo como demonstração de poder da burguesia paulista, evidentemente com uma nova roupagem, discutiremos a seguir à respeito.

3 O CAMINHO: DO INGRESSO À PERMANÊNCIA

3.1 Como ingressar na Universidade?

Como dissemos, no breve histórico anteriormente, a Universidade considerada como a primeira do mundo é a de Bologna e seus alunos eram basicamente das classes altas e, ou eram "indicados" pelos clérigos, a maioria era ligada à igreja católica, ou, no caso do curso de medicina passavam por um rígido exame de qualificação para, posteriormente, seguir o curso.

Na primeira Universidade de nosso país também os alunos eram de classes altas e a exigência era o domínio do idioma francês, não havia disputa por vagas, pois o interesse pelo ensino superior era pequeno. Em 1837 foi criado no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II e o estudante que terminasse o ensino secundário nesta escola poderia ir diretamente para a universidade. Em 1911, pelo Decreto 8659 é criado o exame de admissão para o ensino superior com a intenção de melhorar a qualidade do ensino secundário e organizar o ingresso à universidade. Já em 1915, por meio do Decreto 11530, é criado o exame vestibular e, para fazê-lo, era necessário ter o certificado do curso secundário, a proposta era ter um maior controle ao acesso ao ensino superior, com provas com presença, inclusive, de fiscais nas salas de provas. Já em 1925, por meio do Decreto 17782, segundo Souza (2007), completou o início de contenção de acesso ao ensino superior limitando o número de vagas por curso e introduzindo o critério classificatório. Na era Vargas (de 1930 a 1945), com o Estatuto das Universidades Brasileiras, conforme relata Souza (2007),

[..] foi marcada pela ampliação do controle e da centralização do ensino sobretudo superior. (...). O Estado formaliza, homogeneiza, padroniza e centraliza a educação superior de todo o País, levando-o a adotar critérios mais rígidos de autorização e reconhecimento de novos cursos, o que limita a ampliação de vagas na educação superior.

Em 1950 houve a criação da lei para federalização das universidades brasileiras e em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, com maior abertura ao acesso à educação superior permitindo o acesso das classes populares, mas como não houve investimentos para melhoria tanto do ensino superior como do então, ensino secundário houve uma perda de qualidade. No

ensino secundário eram altíssimos os índices de retenção. Segundo Nunes (2000, p. 13)

A expansão do ensino secundário favorecendo a iniciativa privada convivia com um sério problema: o da eliminação e do retardamento do aluno no sistema regular de ensino. Os índices de retenção e evasão escolar permaneceram elevados nas gerações de brasileiros que se sucederam de três em três anos a partir de 1942. Variavam em torno de 80%. Logo, apenas 20%, ou menos, dos estudantes que ingressavam nos cursos secundários conseguiam completar seus estudos, sem retardamento, e sair dos ginásios realizando exames vestibulares com sucesso.

Lembramos que neste período dos anos 50 e 60 os governos eram populistas. Nesse período também começaram ocorrer as discussões sobre acesso e universalidade do ensino.

Quanto ao ensino superior e os questionamentos quanto à sua qualidade nos anos 50 e início dos anos 60 no Brasil, Sampaio (1991, p. 15) destaca

O sistema de cátedra — em que cada matéria ou área do conhecimento é de responsabilidade de um professor vitalício, o catedrático, que tem o poder de decisão, escolhe e demite seus auxiliares — era percebido como um obstáculo a quaisquer tentativas de organizar uma carreira universitária. Em sua substituição, propunha-se a organização de departamentos nos moldes da universidade americana e a organização da carreira aberta, determinada pela titulação acadêmica, que abriria espaço para jovens formados no exterior ou nos poucos centros de pesquisa do país. O catedrático passou a simbolizar universidade rígida, antiga, autoritária, e atrasada, que atraía não só a oposição dos jovens pesquisadores, mas também do movimento estudantil que começava a incorporar os ideais da modernização e do desenvolvimento a partir da mobilização das massas, dos intelectuais e dos conhecimentos da ciência e da tecnologia modernos. A nova universidade, pela qual se batiam intelectuais e estudantes nos anos 50 e 60, seria popular, deselitizada, organizada por departamentos que decidiriam tudo em conjunto, e livres dos velhos catedráticos e do poder das antigas faculdades.

No período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, houve a implementação da Lei 5540/1968 (da Reforma Universitária), ano também do Ato Institucional número 5 (que restringia, entre outras coisas, todo tipo de manifestação contra o regime, havendo o recrudescimento da repressão). Com a lei da reforma Universitária houve a implantação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão . Em 1969 houve a introdução dos vestibulares unificados por região e por tipo de curso. Nos vestibulares das universidades públicas ocorriam os "excedentes", ou seja, estudantes que conseguiam notas mínimas para ingresso, mas devido ao número de vagas reduzido não conseguiam ingressar. Segundo Sampaio (1991, p. 16-17)

Paradoxalmente, entretanto, a universidade recriada pela reforma de 68, em um período de acirramento da repressão política-ideológica no país, incluía medidas de efetiva democratização interna e substancial aumento da participação de estudantes e docentes na gestão da instituição. Incluía ainda medidas que promoviam o fortalecimento de valores acadêmicos (a estruturação da carreira e a valorização da pesquisa). Devido à profunda cisão que ocorrera entre as bases desse sistema (alunos e docentes) e o governo militar, a nova estrutura universitária, exatamente na medida de sua vocação democrática e de fortalecimento de valores acadêmicos, dificultava o controle ideológico e político por parte do regime autoritário. Em função disso, montaram-se mecanismos paralelos não-acadêmicos de controle político-ideológico que se constituíram como elemento corruptor e perturbador de todo o sistema, enfraquecendo os sistemas de mérito, que a estruturação da carreira deveria revigorar, destruindo a autonomia e fortalecendo os sistemas de cooptação e clientelismo. Nesse processo, docentes e estudantes refugiam-se numa postura de oposição intransigente e, atribuindo "à ditadura" todos os males da universidade, eximem-se de uma reflexão mais aprofundada sobre os problemas que ela enfrentava.

Para Souza (2007, p. 59)

[...] com a crise do "milagre" do desenvolvimento brasileiro e seus reflexos no mercado de trabalho, o governo passa a conter a expansão, justificando a defesa da qualidade do ensino, criando primeiramente a Lei n.º 5692/71, de profissionalização obrigatória do 2º grau, pois assim o aluno era retirado para o mercado de trabalho antes de chegar à universidade, mas a lei fracassou devido à falta de investimentos para garantir uma profissionalização adequada e a contra-posição que considerava este ensino destinado aos jovens de classes sociais inferiores. Dessa forma, o aluno não estava habilitado para exercer uma profissão, nem para o vestibular, expandindo os "cursinhos" preparatórios. A partir de 1974 as medidas de contenção se intensificaram como: dificuldades de autorização e reconhecimento de cursos, chegando mesmo à suspensão; a criação pelo governo do Crédito Educativo (1976) para que os estudantes ocupassem as vagas dos estabelecimentos particulares e desobrigassem o governo a criar novas vagas; as críticas às provas objetivas com a volta da redação, que tornou-se obrigatória pelo Decreto 79.298/77; a volta do critério eliminatório (1ª etapa), mas combinado com o classificatório (2ª etapa); a institucionalização da pós-graduação para manter a verticalidade do ensino e a segregação dos cursos de curta duração (tecnólogos).

No período pós ditadura, entre 1985 e 1994, no que chamam de período de redemocratização, há uma maior autonomia nas instituições de ensino superior que podem definir os critérios de ingresso de seus estudantes. É a partir deste momento que começa se delinear o projeto neoliberal também para educação superior no País, ou seja, também o ensino superior seria regido pelas regras do mercado.¹

¹ Nos anos 90, segundo Souza "O MEC promoveu Seminários e resolveu adotar uma nova forma de seleção que asseguraria a igualdade de oportunidade a todos os candidatos: o vestibular seria desdobrado em provas anuais de avaliação realizadas durante os três anos do 2º grau, dando oportunidade ao aluno que fosse mal no 1º ano, a possibilidade de recuperar-se durante todo o 2º e até o 3º ano. Entretanto, devido à debates que

A partir dos anos 90, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (período FHC), houve a consolidação do projeto neoliberal para a sociedade em geral e consequentemente para o ensino superior brasileiro. Houve a diversificação das formas de seleção de estudantes, inclusive modificando a nomenclatura de vestibular para processo seletivo, mas permanecendo o viés excludente, elitista e hierárquico. Para Hermida (2012, p. 1446)

Com essas estratégias, as ações do Poder Executivo começaram a predominar sobre as do Poder Legislativo. Com isto, a aprovação da legislação específica para a educação nacional passou a ser orientada por critérios político-partidários que deixaram de lado a forma participativa de fazer política desenvolvida no primeiro momento junto à sociedade civil. Nesta nova perspectiva, os sistemas educacionais são redefinidos no bojo das reformas estruturais encaminhadas principalmente pelo Banco Mundial que se torna, no dizer de LEHER (1999), o “Ministério Mundial da Educação” dos países periféricos. No cerne da ideologia da globalização, as diretrizes do Banco Mundial consideram apenas a dimensão estritamente instrumental da educação face à nova dinâmica do capital, numa perspectiva estritamente economista, “...contribuindo para a hipertrofia da crença no determinismo tecnológico, com significativas consequências desmobilizadoras” (LEHER, 1999, p. 20). Com a reeleição de FHC para a Presidência da República em 1998, a cruzada neoliberal se consolida no poder e o Brasil continua subscrevendo a estratégia que os países capitalistas centrais determinaram para os países capitalistas periféricos ou em via de desenvolvimento. Dentre os objetivos do governo, estiveram a estabilidade monetária e a abertura do mercado para os fluxos de capitais internacionais. Com isto, o monetarismo e o liberalismo se tornam a religião oficial das políticas econômicas brasileiras, e começam a influir no resto das políticas públicas, principalmente nas políticas sociais, dentre elas, na educação. Com esta orientação ideológica, alinhada à necessidade de implantar no país o modelo de “Estado Mínimo”, o arrocho salarial dos trabalhadores da educação foi institucionalizado. Deste modo, o país se desobriga para com a educação e começa a retirar dinheiro tradicionalmente destinado para suas áreas sociais para pagar os juros das dívidas aos banqueiros nacionais e internacionais.”

Souza (2007) destaca que "Podemos considerar que neste período ocorreu uma “modernização mercantilizada”, já que foi marcado por reformas que flexibilizaram o Estado, as políticas para a Educação Superior e seus processos de seleção, auxiliadas pelas práticas neoliberais. No governo FHC houve a consolidação das práticas neoliberais, auxiliadas por pressões de agências internacionais que monitoram os empréstimos realizados pelo País; a esfera pública

ocorreram em torno da autonomia universitária, da necessidade de uma política educacional voltada para as camadas menos favorecidas, da democratização de acesso, do fim da legislação autoritária, centralizadora e padronizadora da qualidade do ensino e também dos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que envolviam a problemática do vestibular, o governo federal se retraiu em relação a proposta que adotaria. A partir do início da década de 90 observou-se a acentuação da diversificação na forma de seleção para o ingresso na educação superior."

foi mercantilizada, restringindo o setor público e expandindo o setor privado. Para responder às pressões da sociedade que afirmavam a elitização das IES, clamando por democratização, bem como para cumprir com sua responsabilidade social, a opção política adotada pelos gestores das políticas públicas no Brasil foi a expansão da Educação Superior, mas pela via do setor privado, tornando-a cada vez mais competitiva e submissa à economia e ao mercado. Damos destaque às políticas de diversificação e diferenciação das IES, que possuem o objetivo de expandir a Educação Superior e a oferta de vagas e consequente acesso a este nível de ensino, assim como a flexibilização dos processos seletivos realizada efetivamente neste período. No governo Lula (2003-2010) tais políticas tiveram continuidade, a Educação Superior continuou aberta ao mercado e as instituições privadas proliferando-se. As políticas de flexibilização do acesso à Educação Superior foram intensificadas, principalmente as políticas de reserva de vagas em instituições públicas e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas para alunos carentes em universidades particulares.

Novas formas de acesso surgiram desde o governo FHC e importantes mecanismos de acesso também foram implementados no governo Lula para acesso às Instituições de Ensino Superior, a saber:

- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu em 1998 para medir o desempenho dos estudantes do Ensino Médio. Hoje é uma das formas de ingresso para universidade pública ou federal. A USP, somente a partir do próximo vestibular de 2016 é que terá ingresso, pelo ENEM, de estudantes e apenas em algumas unidades que aceitaram esta modalidade de ingresso (Anexo B). A nota do ENEM também é utilizada de outras maneiras: na primeira fase do vestibular como parte da nota final e também para preencher vagas remanescentes nas instituições (especialmente as universidades federais).
- Sistema de Seleção Unificada (SiSU), plataforma criada em 2009, que também é organizado pelo Ministério da Educação (MEC) para selecionar os estudantes para as universidades (federais) por meio da nota obtida no ENEM.
- Vestibular tradicional, que consiste em uma prova na qual os vestibulandos que obtém maior pontuação ficam com a vaga. Algumas instituições dividem

o vestibular em fases, sendo a primeira eliminatória com perguntas de múltipla escolha. A segunda fase é discursiva.

- Avaliação seriada, criada em 1996, é realizada durante os três anos em que o estudante está no Ensino Médio. São provas aplicadas no final de cada ano e abordam os conteúdos aprendidos. No terceiro ano é que há a escolha do curso por parte do candidato. As provas são estruturadas da mesma forma que o vestibular. No final do processo, a instituição calcula uma média com a pontuação obtida em cada prova.
- Entrevista, não é um meio único, acontece juntamente com outras formas de seleção como por exemplo uma redação, nota obtida no ENEM ou análise de histórico escolar. Com base na entrevista, a instituição seleciona os candidatos que tem o perfil necessário para o curso e profissão. este método é bastante utilizado pelas IES particulares.
- Análise de histórico escolar, esse tipo de processo considera as notas do aluno durante o Ensino Médio em todas as disciplinas, mas também é necessário fazer a prova do vestibular. Processo bastante utilizado nas IES particulares.
- Prova agendada, esse sistema é comum nas IES particulares. O estudante marca um horário e dia para realizar o teste, com o mesmo conteúdo cobrado nos vestibulares tradicionais.
- Prova eletrônica, nessa modalidade o estudante comparece até o campus e realiza a prova em um laboratório de informática. A vantagem desse tipo de seleção é que no dia seguinte o resultado já é divulgado. Também utilizada somente nas IES particulares.
- Provas de habilidade específica, dependendo do curso escolhido, os vestibulandos são submetidos a uma prova específica para verificar se ele está apto para ganhar a vaga. Nas universidades públicas, por exemplo, além do vestibular tradicional há ainda as provas de habilidades específicas para algumas carreiras, tais como música, arquitetura, entre outras.

Percebemos que, desde os primórdios, as formas de ingresso nas universidades não facilitam o acesso de todos, de todas as classes sociais, ou seja, não são universais. No Brasil, ao longo do tempo podemos perceber um esforço para universalizar o acesso às IES (Instituições de Ensino Superior), porém ainda há dificuldades para as classes populares. Apresentamos a seguir Tabelas 2 e 3

onde demonstramos, em dois dados (ensino médio e renda familiar) como foi o ingresso de estudantes na USP nos anos de 1980 (ano em que a FUVEST começa a divulgar dados socioeconômicos), 2005 (ano de início de funcionamento da EACH) e 2014 (ano que iremos trabalhar com os dados de permanência estudantil e inclusão social), infelizmente os dados de 2015 ainda não estão consolidados pela FUVEST e, logo, não tivemos acesso.

Tabela 2 - Salário mínimo

Ano	1980	2005	2014
Valor	Cr\$4.149,60 ²	R\$678,00	R\$788,00

Fonte: Brasil ([201?])

Tabela 3 – Onde fez o ensino médio?

Ano	1980	2005	2014
Escola Pública	48,3%	39,8%	37,9%
Escola Particular	39,8%	53,1%	57,2%
Parte Pública/Parte Particular	9,2%	5,7%	4,4%
Outras	2,8%	1,4%	0,4%

Fonte: (<http://www.fuvest.br/>)

Podemos ver nesta Tabela 3 que as consequências do modelo neoliberal são identificadas nos anos 2005 e 2014 com maior número de vestibulandos egressos do ensino médio em escola particular, quando a lógica de mercado já se faz mais presente.

O acesso ao ensino superior no Brasil, desde o império, é repleto de desigualdades sociais, mesmo ocorrendo a expansão das IES e a evolução nos métodos de acesso. A USP é um exemplo, ainda, bastante expressivo da exclusão e elitismo que há nas IES. Ainda há necessidade dos pretendentes às vagas na USP de fazer cursinhos preparatórios, fazer ensino médio em escola particular pois assim as possibilidades de ingresso são melhores e há o obstáculo das unidades da USP com cursos tradicionais (medicina, direito, engenharia) não aceitarem outros métodos de ingresso que não seja o vestibular.

² Moeda era cruzeiro – Fonte: Brasil (2001)

Após a dificuldade para ingressar nas IES, especialmente as públicas e em particular a USP, vejamos o que há sobre permanência e inclusão social universitárias.

3.2 Da permanência a inclusão social?

Há um "dito popular universitário" que diz: "o difícil não é entrar na universidade, mas sair dela formado". Ao longo dos anos de trabalho como assistente social na USP percebi que isto é real, pois o estudante, proveniente das classes populares, que conseguiu ultrapassar o "funil" do vestibular se depara com muitas dificuldades para frequentar seu curso e, dificilmente, consegue aproveitar o ambiente universitário em sua plenitude (cursos de extensão, festas, palestras, teatros, filmes, enfim atividades extra curriculares). Este estudante, cotidianamente, tem que preocupar-se com seu transporte, alimentação, moradia (para aqueles provenientes de locais mais distantes), entre tantas outras preocupações. Sua permanência na universidade é constantemente colocada à prova.

Segundo Santos (2009, p. 84),

[...] permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar e ser continuum no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras.

Então como no Brasil é garantida a permanência do estudante universitário? De acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil, para garantir a permanência é necessário que sejam ofertadas ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos e condições adequadas para o atendimento das pessoas com deficiência, para os estudantes de baixa renda.

Historicamente as iniciativas de assistência e permanência estudantil tem como pano de fundo garantir a moradia para o estudante. Em Araújo (2007) temos um breve relato histórico sobre a assistência estudantil. Segundo Araújo (2007) a primeira iniciativa foi em 1928 com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro em Paris que era destinada aos estudantes que iam fazer seus cursos de nível

superior na França. A primeira Casa do Estudante do Brasil foi criada em 1930, no Rio de Janeiro. Em 1931 o Conselho Nacional da Educação foi criado e já havia aí a preocupação de regulamentar a Assistência Estudantil. Em 1934 foi garantida a Regulamentação da assistência estudantil, no artigo 157 da Constituição Federal de 1934 (BRASIL, [2015?a]), que diz

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte
Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

Em 1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que teve papel importante na implementação de políticas de assistência e permanência estudantil. Azevedo (2010, p. 9) destaca o papel da UNE

A participação da UNE na vida nacional não se restringia aos temas pertinentes à educação, mas envolvia também temas diretamente ligados ao desenvolvimento econômico e político do país, como a defesa dos interesses da classe trabalhadora, o combate ao colonialismo, a defesa da soberania do país, da auto-determinação dos povos da América Latina, da consolidação das conquistas nacionais, como a Petrobrás, das riquezas minerais, a discussão da remessa de lucros, da industrialização do país e outros temas de interesse nacional.

A UNE, como citado, desempenhou papel importante no cenário político do País mobilizando a população (não só estudantes) para as questões centrais da época. Atualmente a UNE está com seu décimo mandato ocupado por um quadro do Partido Comunista Brasileiro (PCdoB), continua com suas características de organização popular, porém houve um abrandamento na participação dos estudantes notadamente nos anos 2000, início do período do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1946, no artigo 166 da Constituição Federal a Educação é apontada como um direito de todos. E no artigo 172, da mesma Constituição Federal, a assistência

estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino. E ainda em 1946 o Decreto, nº 20.302, estabelece que a Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos estabelecimentos de Ensino Superior deveriam pensar alternativas para os problemas relacionados à assistência médico social dos alunos. Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 onde a Assistência Estudantil passa a ser vista como direito igual para todos os estudantes, isto é, como um direito inserido na política de educação e não mais como "ajuda". No período do Regime Militar, na Constituição Federal de 1967, no artigo 168, ficou garantido o direito de todos à educação, assegurando a igualdade de oportunidades. Com o recrudescimento na repressão a movimentos populares, em 1969 é proibida a existência da UNE (União Nacional de Estudantes), colocando a entidade na clandestinidade e desqualificando as lutas dos estudantes à época. Em 1970 houve a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao MEC, com o objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional. Em 1972, por meio do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, instituindo o Programa Bolsa de Trabalho em nível nacional para os estudantes, talvez a primeira iniciativa além de moradia e atendimento médico e em 1976 houve o 1º Encontro de Casas de Estudantes.

Após esse período a mobilização para assistência estudantil, com fins de permanência, somente retornou no período de redemocratização.

Em 1985 foi criada a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira que propôs novas diretrizes e destinou recursos suficientes para o custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de prédios, refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em IES públicas que ainda não os possuíssem (LIMA, 2002), mas esta proposta não foi concretizada, pois não havia um órgão central que coordenasse e/ou fiscalizasse as ações junto às universidades

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), este fórum concentrou Pró-reitores, coordenadores e todos os responsáveis pelos assuntos voltados às ações comunitárias estudantis nas universidades federais, com o objetivo primeiro de fortalecer as políticas de assistência estudantil, bem como:

- garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social;

- proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e,
- contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FINATTI; ALVES, 2008, p. 195).

Mas, para além de garantir a assistência estudantil nas universidades federais, o Fórum também tem a pretensão de fomentar o debate sobre a assistência estudantil e articular as IES na discussão e busca da implantação de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda.

Tanto o FONAPRACE como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), também criada na mesma época, defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior e pretendiam garantir a igualdade de oportunidade aos estudantes das IES; garantir também as condições básicas para a permanência e conclusão do curso, bem como prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrente das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda.

Essas discussões dessas entidades levaram a ter algumas garantias na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, onde além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a supremacia dos princípios democráticos, se garantiu o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e da gestão democrática, centrada na formação do cidadão.

Com a democratização do sistema educacional brasileiro, permitindo o acesso de estudantes oriundos de famílias de baixa renda e entendendo “que o compromisso efetivo do Estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os alunos na Universidade” (FONAPRACE, 1997, p. 2), houve a necessidade de elaborar uma proposta de política de assistência ao estudante. Em 1994, o FONAPRACE elabora uma pesquisa com os seguintes objetivos:

- elaborar um instrumento de pesquisa capaz de fornecer os dados necessários ao delineamento do perfil dos estudantes;

- caracterizar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre os estudantes;
- traçar o perfil socioeconômico e cultural, de saúde e de expectativas profissionais dos alunos da graduação;
- dimensionar a assistência praticada e levantar a demanda potencial em âmbito local, regional e nacional, buscando indicadores que possam fundamentar a definição de políticas sociais (FONAPRACE, 1997).

A pesquisa, foi intitulada “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras”, participaram 44 IFES. Uma das conclusões que chegaram nessa pesquisa foi que não se poderia reduzir a política de assistência e permanência estudantil a moradia e o restaurante universitário.

No relatório final da pesquisa sugere-se estudo comparativo entre a pesquisa do FONAPRACE e pesquisa realizada sobre evasão e retenção no ensino superior correlacionando a assistência estudantil e a produtividade acadêmica.

Sugerem, assim, que [...] a política para o ensino superior deve congrega governo e universidade, no objetivo comum de valorização do ensino superior público, federal, como instrumento de promoção da qualidade do ensino superior, do desenvolvimento da pesquisa, da diminuição das desigualdades regionais e da promoção do desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões do país (FONAPRACE, 1997, p. 2).

Nos anos 2000 foi contemplado no PNE (Plano Nacional da Educação), por influência do FONAPRACE, os seguintes objetivos:

- prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos;
- estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Em 2003 houve uma nova pesquisa do perfil dos estudantes realizada pelo FONAPRACE e o objetivo, entre outros, era reforçar novamente a necessidade da inclusão da assistência estudantil na alocação de recursos orçamentários das IFES, para viabilizar a implementação de um Plano Nacional da Assistência Estudantil, pois continuava, como continua até hoje, a visão de que a assistência estudantil é gasto e não investimento. Nessa última pesquisa foram lançados os pilares para o PNAES de 2008, com os seguintes princípios:

- a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- a gratuidade do ensino;
- a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007).

Em 2010, o FONAPRACE com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, fez um novo estudo nos mesmos moldes dos realizados em 96/97 e 03/04, e o principal indicativo foi que havia a necessidade de ampliação das políticas de assistência estudantil e para isso a consequente ampliação de recursos destinados a esta finalidade.

No final do ano de 2010, foi aprovado o Plano Nacional de Educação 2011–2020, que entre as metas a serem cumpridas no decênio, está a assistência estudantil, onde há o destaque :

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.” Com a estratégia de [...] ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico (PNE 2011-2020).

A USP, bem como a UNESP e UNICAMP, têm ao longo dos anos acompanhado os propósitos do PNE e do PNAES. A USP teve, desde o início, sua política de assistência e permanência estudantil (embora essa terminologia tenha

começado a ser utilizada entre 2004/2005) voltada a garantir moradia e alimentação aos estudantes das classes populares. A partir de 2004, com a implantação da EACH, houve a implantação da concessão de auxílios financeiros para provimento de moradia e transporte aos estudantes ingressantes naquela unidade de ensino.

Os programas específicos, voltados a assistência e permanência estudantil, tais como; o financiamento estudantil, a meia passagem intermunicipal, as casas de estudantes, as bolsas de assistência e permanência estudantil, os restaurantes universitários e a meia entrada com a carteirinha do estudante são ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES que tem como objetivos:

- viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno;
- agir, repentinamente para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

São medidas adotadas pelo governo no PNAES, por meio de reivindicação dos vários componentes da comunidade acadêmica, para tentar garantir a permanência estudantil nas universidades, bem como garantir também a qualificação profissional, a mão de obra especializada e o não trancamento dos cursos, além evitar a evasão.

Na apresentação e análise dos dados discutiremos as dificuldades nesse processo de inclusão social que ainda não é garantido no cenário da USP, especialmente na EACH e os reflexos no cotidiano dos estudantes.

4 UM PASSO METODOLÓGICO

Nosso objetivo geral para a pesquisa é entender como os estudantes de graduação, da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) que ingressaram em 2014, apesar de todo cenário propício à exclusão, conseguem encaminhar seus cursos com sucesso. E também compreender os percalços cotidianos desses estudantes. Bem como:

- comparar o discurso da Universidade de São Paulo com a fala dos alunos atendidos com os apoios estudantis;
- identificar e compreender os “mecanismos” de resistência do estudante de baixa renda na universidade;
- identificar e compreender o cenário universitário onde este estudante está inserido, focando esta análise na EACH;
- investigar o cotidiano destes estudantes e os mecanismos da exclusão cotidiana.

Pretendemos então utilizar como instrumento para compreensão de nosso material de pesquisa a Análise do Discurso, onde considera-se, entre outros a fala e a linguagem.

O início, estrutural, do estudo da linguagem é atribuído a Saussure (1906) com foco na língua e na fala. Análise do discurso ou análise de discurso é uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializado em analisar construções ideológicas presentes em um texto. A análise do discurso é proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva (ORLANDI, 1996).

Uma das interpretações possíveis à respeito é que o discurso é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m). O objeto da análise do discurso é o discurso.

Para Michel Pêcheux (1990) é no discurso, precisamente, que se concentram as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. Michel Pêcheux dá início à Análise do Discurso na França no final da década de 60, época que coincide com o

auge do estruturalismo, como paradigma de formatação do mundo, das idéias e das coisas para toda uma geração da intelectualidade francesa. Em princípio a Linguística teve seu papel de ciência piloto das ciências humanas tinha condições de fornecer ferramentas essenciais para análise da língua, enquanto estrutura formal. O movimento de maio de 68 e as novas propostas no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então preponderante trazendo o sujeito para o centro do novo cenário social. Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce em uma perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combatendo o excessivo formalismo lingüístico vigente à época. A Análise do Discurso traz uma reflexão sobre os conceitos de língua, historicidade e sujeito. A Análise de Discurso que tem como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada “Análise Automática do Discurso” (AAD), bem como o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, vai à busca desse sujeito, até então descartado e o encontra na psicanálise, no materialismo histórico e na ideologia althusseriana.

Frente a esta reflexão, a proposta deste estudo é analisar o discurso dos alunos que foram “beneficiados” com os auxílios estudantis do PAPFE e a partir dessa análise refletir sobre o discurso dos documentos sobre os programas de permanência estudantil da Universidade de São Paulo. Segundo Orlandi (2003, p. 3)

A Análise de Discurso que pratico leva a sério a afirmação de Saussure de que a língua é fato social. Pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. Outro deslocamento importante, este face à dicotomia língua/fala, produz um deslizamento para a relação não dicotômica língua e discurso.

Na maneira como temos desenvolvido a análise de discurso, ao desmanchar as dicotomias, re-definimos o que é língua para a lingüística e também para o analista de discurso: a língua é estrutura não fechada em si mesma, sujeita a falhas.

Dessa maneira, com a perspectiva de análise respaldada em Orlandi buscaremos analisar, por meio dos discursos dos estudantes os papéis de dentro e de fora da universidade e principalmente seus meandros.

A seleção dos sujeitos para este estudo foi feita entre os alunos que ingressaram na EACH no ano de 2014 e que em 2015 também foram “beneficiados” com os auxílios estudantis do PAPFE. Desde 2005 são 1020 ingressantes nos 10 cursos de graduação oferecidos na EACH. É com este universo que vamos trabalhar

selecionando os alunos ingressantes em 2014 e que continuaram seus cursos em 2015 e tiveram a maior pontuação para serem selecionados aos auxílios estudantis. Vemos então que os desafios e perspectivas que se apresentam para este estudo é trabalhar com o conceito de cotidiano segundo Heller, bem como com os autores na área do Serviço Social tais como Martinelli (2007), Netto (2012) e Behring (2009) na perspectiva de análise da exclusão social do estudante universitário e construir, a partir destes autores, o conceito de exclusão social cotidiana.

As questões que nos apresentam frente ao levantamento bibliográfico e aos dados da Universidade de São Paulo nos faz refletir. Ora se o discurso oficial é de inclusão comprovada com dados estatísticos e se a maior universidade do País tem programas específicos para atender os estudantes de baixa renda, por que no cotidiano universitário esta inclusão não se reflete? Como inexiste o privilégio das classes dominantes da dedicação ao estudo como atividade principal e muitas vezes única, a apropriação de capital escolar e cultural vai ser menor que na verdadeira classe média. Como consequência, salvo exceções, o tipo de trabalho tende a ser técnico, pragmático e ligado a necessidades econômicas diretas. Inexiste o “privilégio da escolha” para os batalhadores. O trabalho e o aprendizado das virtudes do trabalho vai ser, para muitos, [...] a “escola da vida”. O cotidiano desta “nova classe social” acaba definindo como serão as relações na universidade, às vezes determinando a exclusão dos estudantes no universo acadêmico e, muitas vezes alienando-o de todo o processo da vida acadêmica. Segundo Sandoval (1994)

Alienação é tipicamente expressada em suposições não questionadas da inevitabilidade da rotina diária e o “natural” das desigualdades e dominação nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de “requisito” do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Essa alienação, evidenciada no fragmento da consciência das pessoas, é melhor ilustrada na dificuldade que têm de conceitualizar a estrutura social, a estratificação social e o regime democrático.

Ao mesmo tempo que ocorre a alienação e a apatia frente às dificuldades no período da vida acadêmica, Souza (2010) lembra que o batalhador, como ele chama a “nova classe média”, tem conseguido funcionar no mundo, enfrentando os desafios da inserção no mercado e no Estado, com um estoicismo que vem do trabalho em si.

Por isso, é nessa batalha cotidiana que o trabalhador se mostra essencialmente moderno, embora a todo tempo o cotidiano cobra o pragmatismo. Um grande desafio atualmente em termos de políticas públicas que visem aumentar a escolaridade do jovem no país, é a adoção de medidas que combatam a defasagem escolar dos estudantes e ações de incentivo à progressão escolar em direção ao ensino médio, técnico e superior. Um importante dado a ser considerado, para serem implementadas estas políticas públicas são os aspectos socioeconômicos da população jovem brasileira. Diante do quadro apresentado vemos que a Universidade no Brasil está em crise e frente ao contexto neoliberal Santos (2004) identifica as três crises que são enfrentadas pelo ensino superior brasileiro que são objeto de nosso estudo:

- a crise hegemônica onde estão contrapostas as funções tradicionais da universidade: produção de alta cultura, de pensamento crítico, de conhecimentos científicos e humanísticos voltados à formação das elites e de outro lado a produção de conhecimento instrumental para qualificação de mão de obra exigida pelo capitalismo;
- a crise de legitimidade devido a hierarquização dos saberes, restrição ao acesso;
- a crise institucional onde se contrapõem a reivindicação de autonomia versus produtividade e eficácia.

Ainda segundo Santos (2004)

A universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país. O sentido político e cultural deste projeto e a sua viabilidade dependem da capacidade nacional para negociar de forma qualificada a inserção da universidade nos contextos de transnacionalização. No caso da universidade e da educação em geral, essa qualificação é a condição necessária para não transformar a negociação em ato de rendição e, com ele, o fim da universidade tal como a conhecemos. Só não haverá rendição se houver condições para uma globalização solidária e cooperativa da universidade.

Temos hoje a massificação do ensino superior que não significa democratização, mas sim a mercadorização do ensino superior em detrimento do direito social. Segundo Souza (2010) não se determina classes sociais pela renda e nem pelo lugar na produção, mas sim por uma visão de mundo onde se explicita comportamentos, atitudes. Talvez a criação de universidades públicas seja uma

tentativa de democratizar o ensino superior e dar condições para o exercício do direito de cidadania.

Assim o caminho metodológico vai se delineando entre a visão de mundo do pesquisador, a visão de mundo contida nos discursos dos sujeitos na pesquisa, a construção do aparato ideológico, por meio do discurso, da instituição na permanência estudantil e os vários fatores que contribuem para permanência ou não dos estudantes na universidade.

4.1 Limitações da pesquisa

Iniciamos o mestrado no Programa Mudança Social e Participação Política no ano 2012 e, naquele momento, nosso propósito era fazer um levantamento dos alunos atendidos pelo PAPFE desde a inauguração da EACH, no ano de 2005, até os tempos atuais e a partir daí fazer comparativos e analisar os dados à luz da permanência estudantil e inclusão social. Para tanto se fazia necessário que nosso projeto de pesquisa fosse analisado pela Comissão de Ética da EACH.

Em uma primeira tentativa entramos com nosso pedido de apreciação junto à Comissão de ética em 12/12/2012, porém, por questões técnicas não foi dada continuidade nos trâmites e não fomos imediatamente informados do que houve, pois acompanhávamos pelo site da Plataforma Brasil (esta é a orientação). Somente em 16/07/2013 demos entrada novamente ao pedido de apreciação e em 07/04/2014 houve a liberação para podermos dar andamento à nossa pesquisa (Anexo A).

Anterior a este período fiquei afastada por questões médicas de 06/10/2011 a 17/06/2012, lembrando que meu ingresso no Programa de Mestrado Mudança Social e Participação Política foi em 26/01/2012 e o exame de qualificação foi em 19/06/2013.

Mesmo com a aprovação pela Comissão de Ética, esta exigida pela Superintendência de Assistência Social (SAS), para que eu tivesse acesso aos dados, não me foi permitido acessá-los com as informações atuais dos perfis socioeconômicos dos estudantes. Até a conclusão dessa pesquisa só me foi possível acessar os dados com os quais eu trabalho, evidentemente garantindo o anonimato dos sujeitos.

Como sou funcionária e aluna da USP, embora não seja bolsista e não há auxílios suficientes para alunos de pós-graduação, vivenciei, de certo modo, o que os alunos de graduação vivenciam, em especial ao que se refere à dificuldade no acesso a informações. O que nos faz refletir que ter a informação ou acesso a ela no ambiente acadêmico é uma condição de poder.

A USP, ainda é uma instituição bastante hermética e, embora vários pesquisadores em várias áreas desenvolvam trabalhos críticos em relação à universidade ainda há impedimentos para que possamos, de fato, propor, por meio de nossos estudos, uma instituição moderna, inovadora, sem hierarquias e autocrítica.

Contudo, este estudo foi possível em função da própria documentação ética exigida, cujo intuito também era burocrático, aos bolsistas, aos colegas e pesquisadores envolvidos direta ou indiretamente em seu desenvolvimento.

4.2. Os sujeitos da pesquisa

Os estudantes que foram convidados para entrevistas foram os que tiveram maior pontuação no perfil de necessidades do PAPFE¹. O PAPFE, segundo a SAS,

[...] atua em toda a Universidade de São Paulo e consiste em apoios e bolsas disponibilizados anualmente para alunos regularmente matriculados em cursos de Graduação que apresentem e comprovem, por meio de documentos, dificuldades socioeconômicas para se manterem na Universidade. Tem como objetivo principal fornecer condições para que o estudante mantenha e amplie suas atividades na academia visando a concluir o curso ao qual está vinculado, reduzindo a evasão e contribuindo para a formação acadêmica integral." Ainda segundo a SAS " para a obtenção de qualquer apoio ou bolsa que exija avaliação socioeconômica é necessária a inscrição eletrônica no PAPFE, via <https://uspdigital/jupiterweb>, preenchendo o formulário socioeconômico e entregando os documentos que comprovem a situação informada.(....) A avaliação socioeconômica é feita por Assistentes Sociais, por meio de critérios cuidadosamente estabelecidos e uniformes em todos os Campi da USP, e cada item corresponde a um número de pontos. Quanto maior a pontuação total atingida pelas informações prestadas no formulário e comprovadas com documentos, maior é a necessidade do aluno. De acordo com a pontuação atingida, o aluno é classificado em perfis socioeconômicos que determinam o número de apoios que pode receber (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [2015b]).

Segundo Pitarello (2013)

¹ Quanto maior a pontuação maior a probabilidade dos estudantes serem selecionados para todos os benefícios.

Os programas de política social, articulando entes públicos e privados, procuram também criar uma imagem de neutralidade do Estado e das organizações particulares que, “imparcialmente”, estariam interessadas em abrir oportunidades a todos, visando o bem-estar do conjunto da população. No discurso, pretendariam, através dos seus programas, dar acesso aos interessados nos serviços, fazendo justiça num mundo tão injusto ao criar para os injustiçados, possibilidades de acesso (desde que estes atendam aos requisitos estabelecidos). Porém, apesar do discurso dirigido a todos os interessados, a justificativa de que os recursos são insuficientes para abarcar toda a demanda coloca em cena a seleção socioeconômica, tornando-se condição para determinar a escolha dos que serão beneficiados e dos que não o serão. A seleção implicará selecionar alguns e descartar outros. Ou melhor: a seleção socioeconômica de acesso aos serviços sociais enquanto instrumento da política social realizará o movimento de inclusão-exclusão ao mesmo tempo e pelo mesmo processo.”

Então, os estudantes com maior pontuação em 2014 que estavam dentro do denominado perfil 1 de necessidades² e continuaram neste perfil 1 em 2015 ,foram os selecionados para entrevistas. Vale ressaltar que a opção pelo ano de 2014 deveu-se ao fato da interdição da EACH devido a problemas ambientais fato que prejudicou sobremaneira no cotidiano de todos os estudantes³ mas especialmente os ingressantes daquele ano, como podemos constatar em relato de uma ingressante de 2014 no blog "Each seus problemas e quiçá soluções", criado especialmente devido à problemática da interdição

Me senti muito feliz quando fui chamada para estudar na EACH. Consciente da situação, me matriculei e tenho acompanhado as aulas. Aquele ânimo de ter passado na USP, foi se esvaindo com o decorrer desses primeiros meses. Sinto que meu primeiro semestre foi muito prejudicado. Apesar de estar na FMUSP (que pelo menos tem uma estrutura física excelente) a distância também é grande para quem mora na ZL. Moro ao lado do Campus Leste. Não pretendia gastar, como tenho gastado para me deslocar até as Clínicas. A falta de biblioteca para minha área prejudica as matérias. Não tenho tempo para ir buscar livros em outras bibliotecas da USP regularmente. O bandeirão da FSP após quase um mês de aula, foi aberto para os estudantes da EACH. Mas a tesouraria para carregar créditos fica aberta em horários totalmente inviáveis para quem trabalha durante o dia, pois visam grande parte dos alunos do quadrilátero que estudam em período integral. Estamos como peixes fora d'água. Num ambiente que NADA tem a ver com a EACH ou com os cursos oferecidos. Para questionar algo à um professor, somente por email. Não há proximidade e aquela interação estudantil faz falta. Até hoje, vi meus veteranos 2 vezes. Penso em transferir para poder, de uma forma melhor, aproveitar a oportunidade que consegui ingressando na USP (EACH [...], [2014]).

² Segundo a SAS são os estudantes que tem maior necessidade de apoio institucional.

³ Os estudantes foram distribuídos em várias unidades da USP na cidade de São Paulo, bem como em uma unidade da Fatec e em uma universidade particular, ambas na região do Tatuapé, bairro central da zona leste da cidade.

Foram 10 estudantes que estavam dentro dos nossos critérios, sendo que destes uma não pode comparecer pois adoeceu e outro estava fora da cidade de São Paulo e não pode comparecer a tempo. Para ilustrar demonstro a seguir Tabela 4 das pontuações de 2014 e 2015, vale ressaltar que elas variam ligeiramente ano a ano devido ao cenário socioeconômico do país, principalmente no que diz respeito a variação salarial, bem como atendem ao número disponível de auxílios (que não é divulgado antecipadamente nem para os estudantes e nem para os assistentes sociais que operacionalizam a seleção). Veja Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Classificação de perfil de necessidades

2014:	2015:
P1: de 151,00 até 95	P1: de 155,00 até 93,00
P2: 94,99 até 65	P2: 92,99 até 66
P3: 64,99 abaixo	P3: 65 abaixo

Fonte: Sistema Juno - USP

As entrevistas tiveram em torno de 13 questões norteadoras que, eventualmente, se desdobraram em mais, conforme o andamento da entrevista; a duração das mesmas foi, em média, de 20 minutos.

Na EACH, anualmente, ingressam 1020 estudantes pelo vestibular da FUVEST. Atualmente (2015) a EACH conta com 4598 alunos matriculados. Historicamente, desde 2005, a média de alunos que concorrem aos auxílios estudantis do PAPFE (moradia, transporte, alimentação e livros) é de 20% do total de alunos matriculados. Em 2014 concorreram aos auxílios 1025 estudantes e em 2015 concorreram 1267. Foi neste universo que selecionamos os nossos sujeitos tomando como referência o ano de 2014, quando houve a interdição da Escola devido a problemas ambientais e devido a este problema houve uma maior preocupação no atendimento dos alunos que necessitavam dos auxílios, pois havia problemas de locomoção devido aos estudantes terem aulas em várias regiões da cidade de São Paulo e não só na região leste onde encontra-se a escola e, por consequência, muitas repúblicas estudantis. Os estudantes tinham aulas na região Oeste da cidade, na Cidade Universitária, na Faculdades de Medicina, de Saúde Pública que distam 44km da EACH, também eram ministradas aulas na UNICID (Universidade de Cidade São Paulo) na região do bairro Tatuapé na zona leste, este

local já mais próximo porém exigia gastos com transporte. Alguns estudantes tiveram que mudar de república para mais próximo da região oeste para garantirem segurança e horário adequado do transporte público, tendo como consequência valores mais elevados para moradia do que na região leste onde está localizada a EACH.

Para elegermos esses sujeitos primeiro definimos que seriam os ingressantes em 2014, já que o ingresso acontecia em situação atípica, sem referência territorial devido à interdição. Depois consideramos os estudantes que concorreram aos auxílios e tiveram a maior pontuação no perfil de necessidades, em 2014, onde o estudante perfil 1, segundo "Manual de Instruções Técnicas para Avaliação Socioeconômica SAS – USP", é o "aluno com grande necessidade de apoio para assegurar condições materiais de existência... para permanecer na Universidade". Pereira (2007, p. 186) esclarece sobre necessidades humanas em nosso país

Efetivamente, a noção de mínimos contemplada na política social brasileira sempre esteve afeta ao salário e à renda da população pobre e, mesmo assim, de forma ínfima e sem o devido vínculo orgânico com as demais provisões sociais ou com projetos políticos de otimização de satisfações de necessidades básicas.

Considerando os alunos ingressantes em 2014 concorrendo aos auxílios e com "perfil 1", segundo os critérios da SAS haviam 10 estudantes que preenchiam estes critérios, com pontuação acima de 125 pontos, destes 8 concordaram em participar da pesquisa.

Para as entrevistas foi treinada, por mim, a estagiária do Serviço Social da EACH; ensaiamos várias situações que poderiam ocorrer nas entrevistas utilizando o questionário semiestruturado várias vezes com inúmeras possibilidades de aplicação. As entrevistas ocorreram na sala do Serviço Social da EACH, no prédio I1, térreo. Todos os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Posteriormente houve a transcrição das entrevistas por uma profissional formada em letras e as transcrições foram textuais.

5 O PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO ESTUDANTIL (PAPFE) E O DISCURSO DE INCLUSÃO SOCIAL

Na década de 80 a educação superior brasileira, esteve estagnada e retomou seu crescimento nos anos mais recentes (início dos anos 2000), e continua em processo de expansão. Isto se deve também à grande expansão que tem ocorrido no ensino médio, com um crescimento de, em média, até 20% ao ano em algumas partes do país, aumentando desta forma a concorrência de candidatos aos cursos superiores. Bem como à melhoria da condição socioeconômica das famílias brasileiras. Neste sentido este diferencial de renda é ainda mais significativo porque está associado a uma mobilidade social significativa. Comparando gerações anteriores com a atual Schwartzman (1999, p. 21) considera

[...] de fato, metade dos pais dos estudantes de nível superior do Brasil tiveram no máximo nove anos de educação, e, ainda que a maioria tenha renda familiar bastante significativa, 30% estavam abaixo dos mil reais mensais. Pela mesma razão, a contribuição proporcional das pessoas à renda familiar cresce com sua educação, indo de 36% para os que têm educação básica e média para 52% dos que têm nível superior.

Diante deste panorama o que é inclusão social para a Universidade de São Paulo? Vemos que não há como separar o binômio inclusão/exclusão social. Qual o caminho da inclusão? Como identificamos no cenário universitário uspiano o processo de inclusão social? Temos que considerar que inclusão/ exclusão social relacionam-se com as percepções e idealizações das pessoas à respeito da estrutura de classes às quais pertencem, bem como às suas identidades sociais, crenças e valores. Pochmann (2004, p. 58) destaca que

Ainda que no passado distante o termo exclusão social não era utilizado, Rousseau reconhecia pelo menos dois tipos de manifestação da desigualdade. Em pleno século XVIII a desigualdade de tipo natural era identificada por intermédio das dessemelhanças constatadas entre os humanos a partir do sexo, da raça, da idade, da saúde, entre outras. Assim, a desigualdade natural representava o estágio mais primitivo da evolução humana. No mesmo contexto, a desigualdade de tipo política era condicionada pelas formas de organização da sociedade, especialmente aquelas geradoras de diferenças entre algumas parcelas da população em detrimento de outras. Nesse sentido, a desigualdade política era gerada pelo exercício do poder política e econômica pelo homem, a partir da condição de posse ou não de riqueza.

Esta discussão sobre exclusão social surge, com mais propriedade, na Europa pós revolução industrial, onde, segundo Pochmann (2004)

Para Max Weber, contudo, a desigualdade seria gerada pelas estruturas de poder em cada sociedade. (...) Por fim, para Émile Durkheim a desigualdade relacionava-se às representações do conjunto dos interesses sociais que se produziam pela divisão do trabalho.

No debate, à respeito da exclusão social, Silva (2006) destaca à respeito das novas contribuições na orientação do debate

Na Europa a partir do crescimento da pobreza urbana. A orientação do debate acerca desse tema varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades, sendo três paradigmas acerca da exclusão social, segundo Dupas (1999), significativos e partem de distintas filosofias políticas, a saber: 1) O Paradigma da Solidariedade; 2) o Paradigma da Especialização e, por fim, 3) o Paradigma do Monopólio. No primeiro, a solidariedade é associada à filosofia republicana e a exclusão social resulta do rompimento da relação entre indivíduo e sociedade, sendo necessária a mediação/intervenção do Estado. É o Estado quem deve garantir a inclusão dos indivíduos marginalizados nas relações sociais. O segundo baseia-se na especialização das atividades humanas e nasce a partir do pensamento liberal. Nele, a exclusão social está vinculada às questões de discriminação e o Estado propicia a possibilidade de o sujeito excluído mover-se nas diversas categorias sociais existentes na sociedade. O terceiro relaciona-se com a idéia social-democrata do monopólio, a qual explica a formação de monopólios de grupos sociais. A exclusão social decorre da concentração de espaços de poder por poucos grupos, cabendo ao Estado coibir tais monopólios. Esses três paradigmas apontam para uma leitura da exclusão social como um fenômeno multidimensional, multifacetado e capaz de assumir diferentes aspectos que influem na compreensão social e no desenvolvimento das sociedades. Países que estão fora do círculo do desenvolvimento são mais susceptíveis a situações de exclusão social, pois ela se vincularia de modo especial às questões macrossociais pertinentes ao mercado de trabalho. Mas questões como moradia e serviços comunitários, bens e serviços públicos, terra, direitos humanos, políticos e sociais também passam a compor esse espectro da exclusão social, originando diversas categorias de excluídos.

Ora estamos falando de exclusão social sob vários aspectos e, atualmente, fala-se muito de inclusão talvez reforçando, ainda mais o processo de exclusão, pois admite-se não só a exclusão sob o aspecto do acesso aos bens materiais, mas principalmente ao pertencer a um grupo social, sobre isto Pochmann (2004) reflete

Nos dias de hoje, nota-se que o processo de exclusão torna-se mais amplo e complexo. Ele deixa de assumir apenas e tão somente a situação do ter e não ter, para tratar dos constrangimentos do ter, o que torna o fenômeno da exclusão social algo também do ser, muito mais sofisticado do que o simplesmente ter. É por conta disso que o processo de exclusão social termina realçando ainda mais as características de natureza política, que tornam alguns poucos segmentos populacionais muito importantes porque

detêm demais em termos de riqueza, enquanto outros adquirem importância residual, uma vez que quase nada possuem. Em síntese, as raízes da exclusão estão inseridas nos problemas mais gerais da sociedade, sendo o modo de produção capitalista apenas suficiente para permitir o abandono das condições pretéritas da exclusão, ao mesmo tempo em que recolocou novas e mais complexas condicionalidades incapazes de alcançar à plena inclusão social.

Nas condições históricas atuais da sociedade brasileira, com altos níveis de exclusão, o conceito de inclusão social tem relação com a garantia de direitos e qualidade de vida que caberia assegurar a todos os brasileiros. Pois isto trata de garantir a toda pessoa condições objetivas para a equanimidade dos bens naturais, sociais e culturais, frutos da produção coletiva, mas que se encontram distribuídos de forma muito desigual. Então, a inclusão social se daria mediante a garantia de trabalho, do qual resultassem recursos para obtenção dos bens naturais para a reprodução da existência, participação na tomada de decisões de interesse comum e na produção e no consumo dos bens culturais da sociedade. Diante deste cenário garante-se a efetividade da prática de um trabalho que não seja degradante, de uma vivência social que não seja opressiva e considerando a dimensão multicultural da sociedade contemporânea.

Para enfrentar a questão da exclusão dos que tentavam ingressar na Universidade de São Paulo houve então a criação do Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) que teve sua aprovação pelo Conselho Universitário em 23 de maio de 2006. Este programa teve como um dos propósitos ter a universidade voltada para a diversidade social, cultural e econômica da sociedade brasileira, pois dados do Censo Escolar de 2005, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo revelavam que cerca de 75% dos estudantes da USP eram egressos do sistema particular, sendo que este sistema era responsável, à época, por apenas 15% dos alunos do Ensino Médio, enquanto que o ensino público e gratuito era responsável por 85% destes estudantes. A USP, com este programa, buscava trazer mais estudantes do ensino médio público para suas fileiras.

Na proposta do INCLUSP estavam presentes a preocupação em articular a excelência acadêmica, a autonomia universitária e a inclusão social, valores que dada a origem da universidade ainda em alguns momentos são conflitantes. A preocupação, no momento da criação deste programa, foi de organizar as várias ações que já haviam nas várias unidades da USP e agregar à estas medidas, políticas para os estudantes provenientes de escola pública.

Freitas (2002), ao descrever o processo de ampliação da educação pública no Brasil, assinala que houve uma mudança no “metabolismo escolar” na medida em que as políticas públicas promoveram a dissimulação da exclusão do sistema como a evasão e repetência, transformando-a em atos de responsabilidade do próprio aluno por meio de um processo de auto exclusão.

Esta situação podemos ver, também no ensino superior. Como dissemos isto se reflete no ensino superior onde segundo Charlot (2005b) que analisa aspectos subjetivos ligados à sensação de exclusão escolar por parte dos estudantes, as dificuldades que estes – alijados por gerações dos caminhos escolares – enfrentam, pois pisam em uma terra estranha – sentimentos de deslocamento e inadequação quando se comparam aos que Bourdieu (1979) chama de herdeiros: Os filhos de famílias das classes superiores que facilmente transitam em meio aos conteúdos escolares.

Não há como fecharmos os olhos a gravidade dessa situação que tem um caráter estrutural, devido à ausência de uma política pública voltada para o desenvolvimento da educação nacional. Há muitos anos o que observa-se é a descontinuidade de programas, bem como programas isolados uns dos outros, não há uma proposta universal para assegurar a toda a população uma educação pública suficiente em quantidade e em qualidade, que tornem desnecessárias ações compensatórias e assistencialistas que acabam agravando os problemas ao invés de solucioná-los.

A exclusão social, como já dissemos, é um problema para a educação em geral e para a educação superior em particular, e nas instituições públicas apresenta-se de modo mais contundente. Evidente que a questão da exclusão social vai além da capacidade das universidades para enfrentá-la e superá-la, mas cabe a elas, até mesmo pela função que desempenham na sociedade, buscar soluções para este problema em seu interior .

Assim, torna-se um desafio para a universidade pública democratizar o acesso aos seus cursos, com estratégias que favoreçam candidatos de grupos sociais menos favorecidos. A USP com o PAPFE tenta implementar uma política institucional de inclusão social com os seguintes objetivos:

- ampliar as probabilidades de acesso dos estudantes egressos da escola pública;

- atuar positivamente na superação das barreiras educacionais que dificultam esse acesso;
- apoiar as escolas públicas, seus professores e alunos, mediante ações especializadas;
- incentivar a participação dos egressos da escola pública no processo seletivo de ingresso na Universidade, por meio de medidas de apoio didático pedagógico e de divulgação;
- apoiar, com ações específicas, a permanência dos alunos no curso superior.

Evidente que, de todo o modo, há um esforço, por parte da instituição universitária para promover a inclusão social, porém diante dos dados da Universidade de São Paulo também podemos refletir do quanto consumimos discursos todos os dias e, muitas vezes, pouco refletimos sobre eles. Segundo Van Dijk (2011)

O discurso controla mentes e mentes controlam ação. Isso significa que, para aqueles que estão no poder, é crucial controlar, em primeiro lugar, o discurso. Mas de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade?

Em dados estatísticos sobre movimento de uma universidade também temos que tentar analisar que discurso está implícito, principalmente na temática que estamos estudando sobre inclusão social.

Unger prefaciando obra de Souza (2010) diz:

[...] o surgimento de uma segunda classe média, morena, vinda de baixo, constituída de pessoas que lutam para abrir ou manter pequenos negócios, de pessoas que estudam à noite, são quase desconhecidas das elites do poder, do dinheiro e da cultura, representam um horizonte a ser conquistado por outros.

A permanência do estudante na universidade ainda é incipiente e pelos números apresentados podemos deduzir que não há a efetiva inclusão na vida acadêmica já que os números de participantes em bolsas de estudos (vamos chamar assim as bolsas de iniciação científica, pesquisa e extensão) perante o número de matriculados ainda é insignificante. E para fins de demonstrações estatísticas os estudantes que se beneficiam das chamadas bolsas “sociais” nem

aparecem (não são consideradas nos números suas produções acadêmicas, nem o tempo de conclusão de curso comparado aos não usuários das bolsas “sociais”).

A preocupação da USP em incluir os até então excluídos é louvável, mas como é esta inclusão? Pelos próprios dados da universidade é uma inclusão seletiva, primeiro pela própria característica do seu vestibular que aqui não é objeto de análise e depois pela estrutura de seus cursos e da chamada Política de Permanência Estudantil que também é excludente, pois segundo Demo (2003), as políticas pobres para os pobres contribuem para a alienação, para a perpetuação da pobreza política na sociedade. E vemos que na USP ainda há esta visão de para os pobres o assistencialismo, e as bolsas de estudos que deveriam ser o caminho para consolidar o direito à educação contribuem para manter a desigualdade social dentro da universidade. Segundo Chauí (2001) a universidade

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

Na USP, principalmente desde 2005, com a criação da USP Leste (EACH) houve a criação de cursos voltados para o mercado que acabam atendendo à necessidade imediata e pragmática dos estudantes ingressantes de baixa renda, que é ir, imediatamente à sua formatura, para o mercado de trabalho. Por outro lado, por conta da chamada taylorização do trabalho científico, onde docentes têm que produzir como numa linha de produção de fábrica, não há incentivos para o aluno participar de pesquisas científicas, bem como ter uma convivência universitária efetiva, participando das atividades comuns aos alunos dos campi universitários. Segundo Bourdieu (1976) “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social”. Estes aspectos contribuem de forma significativa para a evasão no meio universitário, pois, enquanto não há a melhoria do ensino

básico a universidade não se preocupa em, de fato, sanar estes hiatos da formação do aluno proveniente do ensino médio de escola pública.

Diante destes dados vemos que há uma estratificação entre os estudantes na Universidade de São Paulo onde no topo da pirâmide está o aluno que percorre todo o curso de graduação sem apoios estudantis e/ou bolsas, por ter uma condição socioeconômica diferenciada e um bom preparo anterior (cursou boas escolas no ensino médio, teve cursos de idiomas, viagens ao exterior e um fácil acesso às novas tecnologias), eventualmente ingressa em grupos de pesquisas como “voluntário”. Logo abaixo dele está o aluno que, eventualmente, ainda não precisa de apoio financeiro, porém participa de grupos de iniciação científica e tem bolsa remunerada que serve para auxílio em suas pesquisas e viagens de estudos. Já na base da pirâmide temos o aluno que não pode prescindir dos apoios estudantis para manter-se na universidade, dificilmente ele não é selecionado para as bolsas de pesquisas, pois tem em defasagem, muitas vezes, o domínio de um outro idioma e das novas tecnologias. E ainda, mais abaixo temos o aluno de curso noturno que trabalha em período integral para manter-se em seu curso e pouco participa da vida universitária. Evidente que não temos dados estatísticos que possam revelar, claramente, este cenário, mas observando o número de criação de cursos noturnos, de evasão escolar, do crescente número de alunos matriculados em disciplinas noturnas e do baixo número de alunos vinculados aos grupos de pesquisas e ainda mais do crescente número de matrículas em cursos noturnos de universidades privadas temos fortes indícios de que este cenário é real. Onde privilegia-se a inserção no mercado ao progresso do conhecimento. Segundo Demo (2004)

Política social do conhecimento poderia sinalizar o esforço ético de, ao mesmo tempo, valorizar seu poder emancipatório e contrapor-se às tendências excludentes. Para tanto, é mister pensar o conhecimento nos quadros da educação, como qualidade política em primeiro lugar, cuja qualidade formal é instrumental. É bem possível combater a pobreza política, desde que o excluído tenha oportunidade de formação autêntica, a começar pela gestação de sua consciência crítica e, em seguida, do desenvolvimento da capacidade de apresentar e realizar alternativas históricas.

Podemos concluir que a expansão universitária, seja ela, pública ou privada, promoveu consequências funestas para o estudante como a precariedade na qualidade do ensino, aumento da evasão escolar seja por mensalidades altas nas particulares ou por não conseguir manter-se sem trabalhar nas universidades

públicas, bem como reduzido investimento em pesquisas científicas e ainda uma incipiente política de permanência estudantil com um caráter bem assistencialista. Todas estas consequências são características preponderantes na chamada estratificação social do estudante dentro da universidade pública, pois desde o vestibular ele avalia que é impossível seu ingresso e, posteriormente sua permanência e isto acaba sendo corroborado pela política de permanência estudantil implantada na Universidade de São Paulo.

6 DISCURSO E UNIVERSIDADE: O VESTIBULAR, A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E O COTIDIANO DOS ESTUDANTES

São quatro grandes eixos que iremos analisar no discurso dos estudantes e, quando possível, comparando-os ao discurso oficial, por meio de documentação de domínio público, da USP, são eles:

- Impressões sobre a universidade.
- Impressões sobre o vestibular.
- Impressões sobre permanência estudantil.
- Impressões sobre o próprio cotidiano.

6.1 Impressões sobre a universidade

Na página oficial da USP há o seguinte texto:

Criada em 1934, a Universidade de São Paulo é uma das mais importantes instituições de nível superior do Brasil. O talento e dedicação dos docentes, alunos e funcionários têm sido reconhecidos por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios, principalmente os relacionados à produtividade científica. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-]).

O que dizem os estudantes sobre a universidade?

Então... a universidade eu acho bem complexo, assim, eu acho que hoje em dia não dá pra ter uma formação boa sem ingressar numa universidade. Sempre significou o meu sonho. Então... eu fiz outras duas faculdades, uma particular e outra pública em outro estado... eu sempre achei que foi pouco pra mim...eu sempre achei que eu tinha que entrar na USP.Eu acho muito completa a USP. Eu...no primeiro ano eu acho que foi um pouco mais tranquilo, eu aí falei: Nossa, a USP é isso aqui? Até nas matérias eu passei com certa facilidade... aí eu falei: Ah, a USP não é tudo isso... aí nesse semestre...(risos), eu acho que começou de verdade, e aí eu vi que... se você não se doar não tem como... tem que fazer um sacrifício.(Entrevista 8)

A USP pra mim no momento é meu porto seguro, porque é através dela que eu estudo, ela me dá a permanência estudantil, o que eu tenho ciência de que deveria melhorar, tem muitos pontos que devem ser melhorados, só que assim, é o que me mantém no estudo hoje em dia. Eu não poderia me manter sem ela, então pra mim, é o significado da minha vida atualmente. Essa questão que eu tinha te falado né? De ser um apoio que eu preciso, tanto social quanto educacional e em termos financeiros também que ela me apoia. Da USP? Da Universidade em si? Então...eu estou satisfeita sim com a USP. Os meus professores são ótimos, o ensino é realmente o que eu esperava do curso. Meus professores me dão um apoio incrível. Eu

tenho um bom relacionamento com as pessoas da Universidade. Eu acho que os programas sociais da USP tem muito o que evoluir, mas em termos gerais é o que eu esperava. (Entrevista 1).

Comparando o discurso da universidade com o dos estudantes verificamos que no texto oficial da universidade há o destaque para o ranqueamento, onde demonstra-se que a USP está entre as melhores do mundo. Há, por parte do estudantes, uma confirmação e uma aceitação deste discurso quando colocam as expectativas de melhoria de vida na USP. O contexto onde é escrito o texto da página oficial da USP é da visão neoliberal de atender o mercado, de ter alunos excelentes para ter resultados no ranking excelentes. Se considera que os estudantes que ingressam na USP já têm os requisitos e condições para manter o nível de excelência esperado pela instituição e, conseqüentemente, pela sociedade. Assemelha-se a um discurso eleitoral onde

[...] a pretensão é construir a hegemonia, é diminuir as diferenças que existem entre os diversos eleitores, entre os diversos grupos construindo uma cadeia de equivalência, onde o interesse de um grupo apareça no discurso como sendo o interesse do conjunto das pessoas (PINTO, 2006).

Confirmamos esta hegemonia quando aparecem nas falas dos estudantes a palavra "sonho" e a expressão "porto seguro" e no texto da universidade "talento" e "dedicação". É frequente estas expressões, por exemplo, na fala dos governantes do Estado de São Paulo, na mídia, principalmente, na ocasião dos vestibulares, ingressando em uma universidade de ponta com "talento e "dedicação" alcança-se o "sonho" de ter e estar em um "porto seguro"; este é o discurso neoliberal da meritocracia.

[...] eu sabia, pelos veículos de comunicação que era a melhor universidade do Brasil, que agora há informações na mídia que ela é....da América Latina!.....eu vejo que a universidade, além de dar um apoio pra você ter uma visão do que você quer dentro dela, ainda ela peca, um pouco, em alguns aspectos (Entrevista 2).

O discurso acima demonstra a construção, pela mídia dos conceitos de “melhor do Brasil” do “apoio” ou ainda

Como a USP tem aquele nome... Universidade de São Paulo, tão concorrido, o Brasil inteiro quer.... E quando você vê que se trata de uma instituição pública e que ela é mantida pelos impostos da população, isto te

dá sede, te dá vontade, porque só quem teve um ensino particular a vida inteira pode estar lá e eu não, e essas questões... é um sonho....e você lidar com várias facetas aqui dentro da universidade, as desigualdades cara a cara aqui dentro mesmo, é muito difícil (Entrevista 2)

O discurso de que a USP “é a melhor” prevalece, mesmo quando o estudante diz “quem teve um ensino particular a vida inteira pode estar lá e eu não”, pois , no momento que ele consegue ingressar “na melhor universidade do Brasil”, no seu imaginário ele é o melhor e iguala-se ao colega egresso do ensino particular.

No depoimento de um dos estudantes temos

A Universidade de São Paulo pra mim antes de eu entrar, que eu ouvia que era a melhor universidade, onde estavam os melhores alunos e depois que eu entrei eu vi que sim, tem bons alunos, bons professores, mas não é cem por cento. Qualquer grupo social vai ter diversos tipos de pessoas dentro, então foi mais essa mudança que eu tive.

Com relação à USP há o real das importantes produções acadêmicas por exemplo, e o midiático como foi a criação da EACH e isto nos leva a mesma análise que Pacheco (2009) faz com relação aos Centros de Educacionais Unificados, onde ele diz

No entanto, ao observar o jogo de forças políticas dos agentes envolvidos nesse processo de implementação desta política educacional, desvela-se que há motivações que passam ao largo da ideia de construção de uma cidadania emancipatória, da garantia de direitos sociais e da democratização das relações de poder na sociedade capitalista contemporânea. Ao contrário, a implementação deste tipo de política educacional revela-se como uma “espetacularização” que atende a interesses eleitorais e, no limite, mantém a segregação social e espacial vigente, embora o discurso seja o contrário.

Para Orlandi (2001, p. 17) “[...] o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos”.

Ora o discurso da exclusão, do desigual, da dificuldade “torna-se” o da inclusão, da educação ideal, da aceitação e da universidade de todos; enquanto ainda temos como um dos temas centrais a construção de um sistema educacional equânime, justo e inclusivo.

Para Fernandes (2008, p. 128)

Está mais do que patente que não sairemos do marasmo econômico e político sem transformarmos, de forma profunda e geral, o nosso sistema de ensino. Ele precisa adaptar-se às necessidades e às exigências de uma ordem social democrática e preparar todos os cidadãos para uma vida econômica, política e social cheia de graves responsabilidades. No entanto, os principais líderes das camadas dominantes obstinam-se em voltar as costas à realidade, apegando-se àquelas fórmulas consagradas que constituem algo parecido com o sucedâneo moral do ópio. Elas atestam nossa incapacidade de ação e criam ilusões mais ou menos caras aos que teimam em acreditar que as palavras testemunham, por si mesmas, que os problemas por elas descritos se acham resolvidos”

Na própria criação da USP, num cenário pós conflitos entre o Estado de São Paulo e o Governo Federal foi criado um imaginário da “melhor universidade do país” e foi explícito que seria um local para os filhos da elite paulista estudarem. Orlandi (2001) destaca “que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia”.

E ilustramos esta caracterização de Orlandi (2001) com o seguinte depoimento

Bom, a universidade pra mim sempre foi um sonho, minha família...eu sou a primeira a ingressar numa universidade pública e eu sou uma das poucas a ingressar numa universidade dentro da minha família(...) a USP sempre foi um modelo de universidade que...sabe a USP é a universidade que eu quero pra minha vida (Entrevista 2).

6.2 Impressões sobre o vestibular

À respeito das modificações para ingresso na USP, temos o seguinte discurso institucional :

As discussões sobre as novas formas de ingresso nos cursos de graduação da USP tiveram início em junho do ano passado e envolveram as 42 Unidades de Ensino e Pesquisa da Universidade. Trata-se de uma das metas estabelecidas pela gestão do reitor Marco Antônio Zago quanto ao aperfeiçoamento das políticas de inclusão social da Instituição. 'Essa foi uma decisão histórica para a Universidade, pois representa uma grande oportunidade para estudantes do Brasil inteiro ingressarem na USP, principalmente, para aqueles oriundos de escolas públicas', destacou o reitor, logo após o término da reunião (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015, [online]).

Sobre o vestibular os estudantes entrevistados dizem

O vestibular? É pra gente fazer uma faculdade. Eu fiz quatro meses de cursinho...eu não terminei...e eu pegava as apostilas, estudava...eu estudei na Bahia, na faculdade pública e lá ficou uns quatro meses em greve, e durante a greve eu ficava me preparando pra USP, então já havia meio que...na Bahia eu já estava me preparando pra voltar pra fazer. Então...essa vontade assim...meu sonho, eu achei...como eu estudei sempre em escola pública, eu não conseguia me ver em escola particular...tinha uma tia que tentou pagar a faculdade pra mim, só que eu sempre achei uma absurdo pagar a faculdade, ainda mais quem estudou a vida inteira em escola pública (Entrevista 8).

Bom, significou pra mim a entrada de uma nova fase na minha vida, porque através dele eu sabia que eu poderia ter novas oportunidades na minha vida, coisa que eu jamais alcançaria sem ter passado por ele... Sim, sim. Então, eu não tive condições de bancar cursinho, então, o que eu fiz, como eu já tinha consciência disso, eu desde o primeiro colegial já fiz o ENEM para ir me acostumando com o ritmo de vestibular e eu estudava em casa. E eu tive um professor na rede pública que me ajudou também e me dava aulas de sábado na minha escola, voluntárias, de química, física e matemática, que era o que eu tinha mais dificuldade. Eu lembro que foi dessa forma (Entrevista 1).

Então... no meu ver o vestibular serve pra separar as pessoas com mais capacidade das com menos capacidade, pra poder direcionar mais o ensino superior pras pessoas que tem mais capacidade de aprender. E a universidade é isso que eu falei também, é o lugar onde você aprimora o conhecimento em determinada área. Sim, aliás eles sempre insistiram para eu fazer. Eu prestei três vezes, aí eu já estava desanimado na terceira, mas ele me deu força pra...O que mobilizou a prestar o vestibular foi justamente que eu sempre quis dar continuidade aos meus estudos e a USP foi um meio viável para eu conseguir isso (Entrevista 7).

Estes discursos do mérito de que o melhor entre na melhor instituição e que é uma "benesse" da instituição "permitir" o ingresso dos estudantes egressos das escolas públicas se intercomunicam quando o reitor diz "é uma grande oportunidade para estudantes do Brasil inteiro"; ou um dos entrevistados diz "o vestibular serve pra separar as pessoas com mais capacidade das com menos capacidade" e outro destaca "significou pra mim a entrada de uma nova fase na minha vida, porque através dele eu sabia que eu poderia ter novas oportunidades na minha vida". O discurso da meritocracia é repetido pelos estudantes sem crítica. "O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história" escreve Foucault (1986, p. 146).

Orlandi (2001) refere que a história real é afetada pelo simbólico e que

[...] o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

O estudante crê, conforme os depoimentos aqui relatados, que o vestibular é justo e necessário, reproduz o discurso da classe dominante, que administra a universidade e valoriza o regime meritocrático

6.3 Impressões sobre permanência estudantil

Discurso da universidade sobre permanência estudantil "o Programa tem como objetivo promover condições para que o estudante mantenha e amplie suas atividades na academia visando a concluir o curso ao qual está vinculado, reduzindo a evasão e contribuindo para a formação acadêmica integral."

O que dizem os estudantes:

Ah mudou porque eu achava que talvez precisasse dessa ajuda sabe? Eu achava que era uma coisa rápida, que eu ia tentar ajuda e tal...eu achei que dava pra trabalhar, mas ...nossa, quando vindo as matérias de manhã, a tarde...programas de cultura e extensão...projeto que você tem que entrar, tem uma matéria que a gente faz de horas..., palestra, congresso, tudo... aí você percebe que a sua vida inteira é USP, então, tipo, por exemplo, trabalhar é muito difícil... trabalhar e permanecer. Tanto que eu tenho dois amigos...um primo e um amigo que eles estudaram e não tiveram auxílio, eles tiveram que desistir, porque ou você trabalha ou você estuda...meu primo... ele sempre me falou isso... ele fala pra mim até hoje...infelizmente...mas ele falou que vale a pena, se conseguir permanecer porque realmente é importante. Ah, eu acho que é esse auxílio né, como é difícil permanecer ...eu acho que assim...a gente tem que se formar de forma... com qualidade, não adianta também fazer tudo nas coxas, e eu acho que neste ponto isso é fundamental, essa ajuda permanente... sem essa ajuda aí fica difícil, tanto que tem os dois exemplos que eu te citei. Então, tem várias formas que a USP...tem as bolsas, mas também tem cultura e extensão, tem monitoria? Iniciação científica...eu acho que esses projetos ajudam bastante, não só ajuda financeira, mas tem a questão de ...acho que curriculum né... e aprendizagem né? Porque tem gente que fala que a USP é só teoria mais quando você vê esses projetos de cultura e extensão e iniciação você vê que não é bem assim né? Na verdade eu acho que deveria ter mais...eu vejo que tem gente que precisa também e acabou não recebendo. Eu teria que...provavelmente largar, ou arrumar um trabalho, mas aí afetaria diretamente como eu tenho aula de manhã e a tarde.Então...a questão é que deveria ter um reajuste de acordo com a inflação né? Porque tá muito caro viver em São Paulo, eu acho que tem que ter esse reajuste, é muito difícil ter que fazer uns bicos durante a semana... só com o auxílio não dá.Eles vêm que não dá só com a bolsa...eles sabem que não dá pra eu trabalhar, inclusive as vezes eu tomo café da manhã numa prima minha, só pra não vim de estomago vazio, porque não tem café da manhã lá em casa...(risos), até o almoço não dá (Entrevista 8).

É, eu esperava uma coisa, depois dessas ultimas dificuldades que nós tivemos né? No primeiro mês eu tive dificuldades, eu não consegui pagar

meu aluguel porque não teve o auxílio né? Teve um atraso muito grande. Então, esse tipo de coisa eu não esperava, eu esperava uma segurança maior; porque mesmo tendo auxílio, teve esses atrasos que atrapalharam a minha vida, então esse tipo de coisa eu não esperava. Totalmente. Eles são a base da minha qualidade de vida, porque é com eles que eu sobrevivo, então sem eles eu não consigo me manter. Eu acho que a permanência, te dá a possibilidade de você se formar. Eu acho que sem a permanência estudantil a Universidade de São Paulo seria para a elite e eu acho que esse não é o ideal da Universidade de São Paulo; tem que ser aberta aos públicos que não tem capacidade de se manter sozinhos na universidade. (Entrevista 7).

Segundo Fairclough (2001)

[...] o discurso como prática social deve ser discutido pelo viés das categorias “ideologia” e “hegemonia”, de forma a possibilitar a compreensão de que significações e/ou construções da realidade são identificáveis no discurso, e até que ponto tais construções de sentido contribuem para processos de manutenção dos status quo social ou para a transformação da sociedade.”

Analisando o discurso sobre permanência estudantil dos vários sujeitos aqui contemplados vemos o quanto é garantido o *status quo* ou nas palavras de Demo (2003) são políticas públicas pobres para pobres, para mantê-los nas mesmas condições de submissão não afetando a hegemonia neoliberal. Não há o comprometimento e preocupação da instituição com a conquista da autonomia por parte dos estudantes, mas de garanti-los produzindo dentro da universidade e com altíssimo índice de excelência. Para Pochman, (2004), tanto a eficácia quanto a efetividade das políticas públicas ainda estão muito subordinadas à condução neoliberal e contaminadas pela tradição clientelista e paternalista. Ainda temos na universidade, em todas as unidades, inclusive na EACH, uma inclusão seletiva, primeiro pela própria característica do vestibular da USP e depois pela estrutura de seus cursos. Ainda que a Política de Permanência Estudantil da Universidade de São Paulo venha surgir para diminuir este caráter excludente, segundo Demo (2003. p. 42), as políticas pobres para os pobres contribuem para a alienação e para a perpetuação da pobreza política na sociedade. E vê-se que na USP ainda há a visão de assistencialismo para os pobres, e as bolsas, que são o caminho para consolidar o direito à educação, ainda contribuem para manter a desigualdade social dentro da universidade.

Segundo Santos (2004. p. 120),

A universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país. O sentido político e cultural deste projeto e a sua viabilidade dependem da capacidade nacional para negociar de forma qualificada a inserção da universidade nos contextos de transnacionalização. No caso da universidade e da educação em geral, essa qualificação é a condição necessária para não transformar a negociação em ato de rendição e, com ele, o fim da universidade tal como a conhecemos. Só não haverá rendição se houver condições para uma globalização solidária e cooperativa da universidade.

O ato de rendição citado por Santos (2004) aparece tanto no discurso construído de que pobre “não consegue terminar o curso”, como nos silêncios nas respostas sobre permanência e formação estudantil. Vejam a fala deste estudante

Permanência [...] eu lembro assim, em relação a faculdade eu lembro que assim...tem muitas pessoas que não entram na universidade e não conseguem terminar o curso, porque enfrenta alguns problemas pessoais ou financeiros. Com o auxílio diminui essa chance de você sair da universidade pública por problemas financeiros né? (Entrevista 7)

Em Reis (2009) há a reflexão sobre a permanência simbólica e a permanência material. Os programas de permanência estudantil garantem, de certo modo e após processos seletivos estressantes e em alguns momentos humilhantes, visto os prazos, documentação e exposição da vida particular e familiar exigidos, a permanência material. Porém a permanência simbólica, como por exemplo a aceitação em grupos de colegas de curso, a compreensão de funcionários e docentes da situação de carência material daquele estudante, as defasagens educacionais, visto que, na maioria das vezes, aquele estudante é egresso da escola pública não são aceitos e tão pouco compreendidos. É recorrente ouvirmos na USP “não temos pobres aqui” ou “filho de flanelinha não pode/consegue estudar na USP” ou, ainda, “os relatos das assistentes sociais sobre alunos pobres parecem lendas”. Sobre a permanência simbólica Terribili Filho (2007) destaca

Já no papel de aluno, o jovem reclama dos horários de disponibilidade da infra-estrutura da instituição em seu dia-a-dia; por exemplo, biblioteca e laboratórios. Ademais, enfrenta em sala de aula, professores pouco compreensivos à sua realidade cotidiana, professores que pouco estimulam seus alunos, utilizando basicamente aulas expositivas mal contextualizadas e pouco dialogadas, desvinculando os conceitos e teoria abordados em sala de aula da vivência profissional do estudante, culminando com seu desinteresse pelo tema e com conseqüente impacto na sua aprendizagem.

Viúde (2009) destaca sobre a vulnerabilidade social

Mais complexo que isso, o conhecimento sobre vulnerabilidade social permeia meandros culturais inexplorados, rincões políticos arraigados e visões preestabelecidas e socialmente reconhecidas e validadas. Pensar na complexidade da vulnerabilidade exige conhecer a identidade, subjetividade e heterogeneidade do ser vulnerável, em sua mais profunda e clara concepção.

E a vulnerabilidade social é escancarada no programa de permanência estudantil da USP onde tanto a permanência material quanto a simbólica acabam ficando comprometidas tanto pelo processo de seleção estabelecido pela instituição como pelos demais sujeitos da universidade que nem sempre reconhecem o estudante de baixa renda como pertencente àquele meio. Segundo Pitarello (2013)

Os programas de política social, articulando entes públicos e privados, procuram também criar uma imagem de neutralidade do Estado e das organizações particulares que, “imparcialmente”, estariam interessadas em abrir oportunidades a todos, visando o bem estar do conjunto da população. No discurso, pretendariam, através dos seus programas, dar acesso aos interessados nos serviços, fazendo justiça num mundo tão injusto ao criar para os injustiçados, possibilidades de acesso (desde que estes atendam aos requisitos estabelecidos).

Porém, apesar do discurso dirigido a todos os interessados, a justificativa de que os recursos são insuficientes para abarcar toda a demanda coloca em cena a seleção socioeconômica, tornando-se condição para determinar a escolha dos que serão beneficiados e dos que não o serão. A seleção implicará selecionar alguns e descartar outros. Ou melhor: a seleção socioeconômica de acesso aos serviços sociais enquanto instrumento da política social realizará o movimento de inclusão-exclusão ao mesmo tempo e pelo mesmo processo.

Assim procedendo, aqueles programas acabam por promover a exclusão de uma parte da demanda de uma forma aceitável pela sociedade em geral, e realizam o principal objetivo da seleção socioeconômica, que é o de institucionalização da desigualdade social – justificada com base no sistema de meritocracia dos critérios para verificação e comprovação da necessidade alegada pelo demandante do serviço ou benefício social.

Como forma de acesso diante da insuficiência de recursos a serem alocados para atender a todos, a incidência de processos seletivos é tão significativa na nossa sociedade injusta e desigual que estes acabam compondo o nosso cotidiano, como se fossem naturais.

Ora se a educação é um direito universal porque “naturalizamos” o vestibular como “única” forma de acesso? Se a universidade “oferece” programas de permanência estudantil porque, ainda, na USP há a dificuldade em permanecer material e simbolicamente? De modo ainda muito sutil essas preocupações são externalizadas nos discursos dos estudantes

Olha, se eu fosse falar alguma coisa é que pelo menos nesses dois semestres que eu estou aqui eu percebi que anualmente tem um impasse assim interno a respeito disso.... do repasse dessa verba, ou atrasa, ou que

nem nesse caso, decidiu reter o transporte sem...do nada assim, sempre tem... parece que tem uma burocracia a mais envolvida. E realmente assim, quem precisa disso é que realmente precisa. A maior parte realmente precisa né e o estudante que tem que, que acaba sofrendo com essa, com esses impasses, com esses atrasos. Eu acho que o que teria que ser no momento melhorado seria isso.

Nesse depoimento o estudante “fala” muito mais nos silêncios do que nas palavras, há o receio de falar o que não deveria ser dito, ou de comprometer-se com as palavras e “perder” o que a instituição oferece. Para Orlandi (2003)

O silêncio não fala, ele significa. Se você fizer o silêncio falar, ele vai significar diferente. Ele significa por ele mesmo, ele faz sentido, e isto é muito importante. Às vezes mais importante que as palavras. Significar com palavras é diferente de significar com silêncio. Há o silêncio que é a própria respiração do sentido. A gente pode estar em silêncio e estar significando. E também, muitas vezes, você fala certas coisas para que outros sentidos não apareçam. Isso é o silenciamento. Mas o sentido silenciado não desaparece. Porque o homem tem necessidade vital de significação. Onde ele não pode significar, migra para outros objetos simbólicos.

Nesse silêncio aparece o medo de perder um direito, porque não se tem claro a cidadania, Pitarello (2013) destaca

A própria forma como se desenvolve a seleção, ressaltando o mérito como fator de acesso aos serviços, já carrega um poder de convencimento. É preciso ter claro também que esse acesso nem sempre é considerado pela população como direito. Na sociedade brasileira, seu entendimento como favor é historicamente consagrado, dando habitualmente margem ao uso eleitoreiro de sua oferta.

Vale lembrar que o PAPFE como é hoje, com oferecimento de auxílios financeiros iniciou e foi “testado” na EACH, que foi inaugurada em período de eleições presidenciais sendo que um dos principais candidatos à presidência do País era o governador do Estado de São Paulo à época.

6.4 Impressões sobre o cotidiano e qualidade de vida na universidade

Qualidade de vida? Principalmente saúde né? Saúde...formação intelectual também. Na universidade? Ah...um ambiente bem ativo né? Com bastante relações de... conhece pessoas novas... tem a questão que eu acho importante também é o esporte, porque eu sou do time do futebol também...ah, você conhece muita gente, você se relaciona com grupos diferentes, até os professores...tem um professor que é como se fosse um pai em nossa vida (Entrevista 8).

Qualidade de vida? Bom, uma opinião pessoal eu vou dar e a opinião também que eu estou aprendendo com o curso que eu acho muito válida também. Qualidade de vida é aquela coisa: a questão financeira que eu acho que você tem que ter uma segurança, porque não adianta falar que dinheiro não é segurança, porque é, você precisa dele. E eu acho que é conviver com pessoas que você gosta, no ambiente estudantil que você gosta, que é o que eu me sinto aqui na EACH, eu me sinto muito bem. E também a questão de ter acesso ao lazer, que eu vejo como importante assim, para o próprio cotidiano mesmo. Você conseguir ir em lugares que você gosta, pra comemorar algumas coisas...as vezes você está num momento difícil da sua vida e você vai pra um lugar e tudo muda, então eu acho que qualidade de vida é tudo isso. Ah, eu admiro muito a EACH, eu me sinto muito bem aqui e claro, lógico que eu reconheço que tem muitas coisas que precisam melhorar. Por exemplo, eu acho que a EACH precisaria ter uma quadra poliesportiva aqui, um centro de esportes eu acho essencial, mas, eu acho assim, é com o tempo que isso vai melhorando, e com a cobrança que a gente tem que ter também (Entrevista 7).

Qualidade de vida? É poder ter acesso digno a educação, a saúde, ao transporte, ao lazer, a cultura, tudo que é essencial que te proporciona uma felicidade, não só economicamente, mas também em outros aspectos humanos. Essa é [...] (risos). Seria a interação com novos colegas, conhecer pessoas de outros estados, de outras regiões [...] (Entrevista 3).

Almeida (2012) destaca que

Analisando o termo qualidade de vida, nota-se que o emprego da palavra Qualidade a essa forma de percepção de mundo estabelece uma existência inerente a esse campo de conhecimento, independente de ser considerado bom ou ruim. A qualidade de vida sempre esteve entre os homens; remete-se ao interesse pela vida. Logo, é possível estabelecer que qualidade de vida não é algo a ser alcançado, um objeto de desejo da sociedade contemporânea que deve ser incorporado à vida a partir de esforço e dedicação individual. Pelo contrário, é uma percepção que sempre esteve e sempre estará presente na vida do ser humano. O fato é que, a partir desse tipo de análise, todos os sujeitos têm qualidade de vida, não sendo esse um elemento a ser alcançado através de ações embutidas no padrão de boa vida da sociedade contemporânea; porém, o interessante para a vida de cada um é buscar uma boa qualidade frente às suas possibilidades individuais de ação.

Então de qual qualidade de vida estes estudantes estão falando? Quando a universidade leva meses para encaminhar a resolução de um problema de contaminação que afeta milhares de pessoas em um local ela está comprometida com a qualidade de vida destas pessoas? Assim o discurso presente no texto a seguir se justifica:

A Reitoria, por meio da Procuradoria Geral da USP, está atuando para que a decisão judicial de interdição da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) seja revertida e, a qualquer momento, pode haver nova decisão judicial. Novos relatórios técnicos sobre as questões ambientais, bem como as ações já executadas pela SEF, estão servindo de base às ações da PG

para o pedido de reconsideração da interdição. Entretanto, salvo haja novas notícias, a EACH e seu espaço externo estarão interditados a partir de 09 de janeiro, 5ª feira, não sendo permitida a entrada no campus (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2014).

Para os estudantes garantir suas principais necessidades e poder usufruir minimamente dos "benefícios" oferecidos pela universidade já é ter uma boa qualidade. Já a universidade busca a excelência por meio de estar cada vez melhor no ranking internacional de universidades. Foucault (1986) em sua principal tese diz a respeito da formação de modalidades enunciativas que o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado (seu autor/sua autora), mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado. Isto é, os enunciados posicionam os sujeitos — aqueles que o produzem, mas também aqueles que são dirigidos — de formas particulares.

Enfim é a partir na análise de todos os aspectos dos discursos aqui apresentados que chegamos ao "sentido do discurso". O sentido do discurso não é fixo, por vários motivos: pelo contexto, pela estética, pela ordem do discurso, pela sua forma de construção. O sentido do discurso encontra-se sempre em aberto para a possibilidade de interpretação do seu receptor. O efeito do discurso é, claramente, a construção de um sentido e alcançar efeitos de sentidos por meio da interpretação e interpelação do sujeito indivíduo. A partir desta pesquisa constatamos que o sentido do discurso da universidade ainda é o de manter o "*status quo*" que vem desde sua criação e os estudantes, principalmente os que são atendidos pelo PAPFE, reproduzem esse discurso e se posicionando ainda como coadjuvante no cotidiano da USP.

No que diz respeito ao cotidiano desse estudante bolsista, pela incerteza, muitas vezes, se terá ou não os auxílios estudantis no próximo ano seu cotidiano também fica prejudicado, pois como continuar um curso de idiomas? Como manter-se numa república melhor localizada? São questões permanentes desses estudantes.

O impacto é importante, sem dúvida nenhuma, é um auxílio que assim.. ..a gente nunca usa pra nada pessoal é pra custear moradia, as despesas de água, luz, essas coisas e transporte mesmo. Outro dinheiro que entra é que a gente deixa pro dia a dia ou outras coisas assim (Entrevista 5.)

Vários depoimentos se assemelham ao citado acima e trazem questões tais como: será que a universidade tem exacerbado a alienação desses estudantes? Onde fica a identidade social e/ou de grupo desses estudantes preocupados, substancialmente, com sua sobrevivência? Segundo Heller (2008)

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação [...] Mas a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada.

Embora não seja, diretamente, objeto do nosso estudo, mas vale ressaltar do quanto a identidade social pode ficar prejudicada por conta da instabilidade provocada na vida cotidiana desse estudante ainda segundo Heller (2008)

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de um assistente social tem sempre envolvidos embates externos para buscar caminhos e soluções nos atendimentos e internos no questionamento constante se estamos sendo justos e éticos. Diante de um cotidiano assim, na maioria das vezes, de conflitos não conseguimos ter uma visão mais abrangente da realidade com a qual trabalhamos. Neste sentido, hoje já vislumbramos um cenário de inovação e construções de saberes importantes, pois a atuação profissional do assistente social não se constrói sozinha, de modo vertical, mas vai tomando forma na relação com os sujeitos, e isso deve se efetivar em todos os espaços profissionais e, sobretudo, no âmbito da Universidade, no diálogo entre todos os sujeitos envolvidos e comprometidos com as transformações que esta instituição pode e deve trazer à realidade da região leste.

Nas palavras de Martinelli (2007, p.147):

Toda prática social concebida na perspectiva que estamos anunciando é verdadeiramente uma prática educativa: é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, prática do encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada.

Nestes 15 anos que trabalho com estudantes universitários me deparei com histórias que poderiam tranquilamente serem narradas como filmes, novelas, livros de ficção, romances, enfim poderiam ser expressas de todo modo, mas são extremamente reais!!! Há sempre o questionamento se quem dirige a universidade tem ideia do que acontece no cotidiano dos estudantes e a dúvida continua.

Segundo Castro (2009, p. 134) "a organização da educação ocidental se inscreve no grande processo de reorganização do poder moderno que começa durante a monarquia e se aprofunda com o fim do absolutismo." Quando, neste estudo, levantamos o histórico de como surgiram as universidades no mundo já nos deparamos com a segregação, ou melhor, com a elitização do ensino superior. As formas de seleção para ingresso no ensino superior que segregam e hierarquizam os sujeitos interessados, conforme o mérito. Ainda segundo Castro (2009, p.134)

[...] a partir dos séculos XV e XVI, o Ocidente começa a preocupar-se com a educação, não só do clero mas também daqueles destinados a ser comerciantes, homens de lei, etc. Começa-se a formar as crianças desde muito cedo. Essa educação burguesa será cada vez mais popular. Tais processos se inscrevem nos fenômenos de disciplinarização da sociedade.

No Brasil caminhamos desde a família imperial até os tempos atuais em passos extremamente lentos e conturbados para a expansão e popularização do ensino superior. O acesso das camadas de baixa renda ao ensino superior, é inegável, aumentou significativamente em nosso país, principalmente para atender as exigências de mercado do modelo neoliberal.

Para "permitir" que jovens de baixa renda acessem o ensino superior e assim atendam às necessidades de mão de obra cada vez mais especializada, as modalidades de assistência para permanência estudantil foram sendo cada vez mais implementadas, mas ainda são insuficientes e frágeis no atendimento dos estudantes que delas necessitam. No sonho realizado quando do ingresso em uma universidade pública como a USP há também o alívio efêmero de que as necessidades para manter-se nos estudos serão supridas pela instituição. Temos hoje a massificação do ensino superior, o que não significa democratização, mas sim a mercantilização do ensino superior em detrimento do direito social. Segundo Souza (2010, p. 68), não se determina classes sociais pela renda e nem pelo lugar na produção, mas sim por uma visão de mundo onde se explicita comportamentos, atitudes. Talvez a criação de universidades públicas seja uma tentativa de democratizar o ensino superior e dar condições para o exercício do direito de cidadania. E, atualmente há na EACH, o desafio de redesenhar os caminhos de inclusão social, na região leste da cidade de São Paulo, por meio do ensino superior oferecido pela USP. Há uma congruência nos discursos onde a universidade exige excelência desde o ingresso e apresenta possibilidades de ascensão e o estudante que reproduz esse discurso, a partir do momento que ingressa, e se depara cotidianamente com todos os obstáculos de uma instituição com características ainda monárquicas.

Segundo Souza (2010, p. 256)

[...] a questão da 'nova classe trabalhadora' se enquadra num tema mais geral, que é o da ascensão social, especialmente sob condições adversas. Refletiremos aqui sobre dois tipos de discursos que comprometem qualquer esforço de compreensão adequada do desafio enfrentado por pessoas. Um é o discurso legitimistas, que justifica a existência do mundo tal qual ele é

ao supor que a vida em nossa sociedade, assim como em qualquer outra sociedade capitalista, realmente funciona como ela quer nos fazer crer que funciona: como um processo virtuoso da seleção dos mais aptos. Outro discurso é o que se baseia no elogio ingênuo da 'pobreza' como um 'modo de vida alternativo'. Nesse segundo discurso, a própria miséria aparece ressignificada em termos elogiosos, o que compromete qualquer esforço no sentido de encarar o desafio de transformar as condições que favorecem (ou desfavorecem) as chances de ascensão social.

Esses dois exemplos de discursos citados por Souza (2009) estão presentes em nossa pesquisa tanto nos documentos públicos da USP, como na fala dos estudantes nas entrevistas. Existe o questionamento dos estudantes quanto às políticas de assistência à permanência estudantil porém, ainda, muito incipiente. Mas também ficamos esperançosos quando verificamos que os estudantes que recebem os auxílios estudantis, mesmo sendo insuficientes, ganham potência e conseguem levar adiante seus planos de ascensão dentro e fora da universidade. E uma das constatações é de que, quando estes estudantes conseguem ultrapassar todas as barreiras do modelo neoliberal eles também conseguem fazer com que a família tenha também uma ascensão social importante. Souza (2009, p.263) afirma

[...] só o fato de terem garantido um mínimo, quase migalhas, já lhes confere a potência necessária para desafiar estruturas de dominação pessoal muito antigas e arraigadas. Que potência não lhes conferiria políticas que incrementassem ainda mais sua condição socioeconômica? A miséria, assim como a prosperidade, possui uma dimensão moral.

A conclusão que chegamos é de que não basta acessar o ensino superior, é necessário ter condições de nele permanecer, ou seja, é preciso durar no tempo do curso e se transformar enquanto indivíduo, enfrentando todas as formas de exclusão presentes dentro da universidade. Desejando ultrapassar essa forma de atuação e compreendendo que sua prática profissional se constrói no movimento histórico social, estando, portanto, em constante devir, nós, assistentes sociais da EACH, temos como um dos maiores desafios, trabalhar na garantia da permanência dos alunos provenientes das camadas mais vulneráveis da sociedade, especialmente no contexto da expansão da acessibilidade ao meio universitário. Tal expansão não vem acontecendo de forma tênue, pois o interesse do capital passou a competir com a possibilidade da construção do saber livre e desinteressado, interferindo nas relações e produções internas e externas da universidade. Devemos ter políticas estudantis que de fato dêem possibilidades reais de encaminhar mudanças na

composição das elites dirigentes brasileira

Segundo Reis (2009, p. 196)

A diversidade étnico-racial e social hoje mais presente nas universidades públicas brasileiras é um fenômeno que enriquece a todos e, o mapeamento da exclusão social, da discriminação e da desigualdade racial no ensino superior, interessa não somente à produção científica, como também aos dirigentes institucionais para a formulação de políticas públicas.

Finalmente, entendemos que a convivência entre alunos de diferentes classes sociais, de diferentes cores/raças, de diferentes visões de mundo, deve proporcionar uma visão mais plural e mais solidária dos futuros profissionais e quem sabe, da futura elite dirigente do Estado Brasileiro. Essa é a permanência que buscamos; uma permanência que é duração e que é ao mesmo tempo transformação.

Esta pesquisa nos incita a pensar que caminhos tomará a política de permanência estudantil na USP? Quais conquistas ou dissabores, após a conquista do diploma de graduação, passam ou passarão os estudantes contemplados com os auxílios estudantis? Talvez sejam novas possibilidades de estudos para que possamos efetivamente desmistificar o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda na maior universidade do país. Assim a transformação dos sujeitos por meio das políticas de assistência e permanência estudantil vai acontecendo a passos lentos, mas não existe caminho de volta e como diria Milton Nascimento:

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida"

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2012. 142 p.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- AZEVEDO, Lucia Rangel. O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2010.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; TERRIBILI FILHO, Armando. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- BEHRING, Elaine. Política social no contexto da crise capitalista. In: SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009.
- BELLESA, Mauro. **Dossiê desafios institucionais da USP em 2014**. São Paulo: IEA/USP, 29 maio 2014. [online]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/quem-somos/a-usp/desafios-institucionais-2014>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- BOUDON, Raymond. **Ordem social e efeitos perversos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Editorial Veja, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **The inheritors**: French students and their relation to culture. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1979.
- BRASIL. **Art. 157 da Constituição Federal de 34** [online]. [S.l.]: Jusbrasil, [2015?a]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616250/artigo-157-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>>. Acesso em: 18 maio 2015.
- BRASIL. **Art. 168 da Constituição Federal de 67** [online]. [S.l.]: Jusbrasil, [2015?b]. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602521/artigo-168-da-constituicao-federal-de-1967>>. Acesso em: 18 maio 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. [online]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. **Diário Oficial**, 15 abr. 1931a. p. 5799. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930->

1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Diário Oficial**, 15 abr. 1931b. p. 5800. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 20.302, de 02 de janeiro de 1946. Aprova os regimentos das diretorias do ensino superior, ensino secundário, ensino comercial e ensino industrial, do Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 1946. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/decreto%20%2020302-1946.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. **Diário Oficial da União**, 14 jan. 1972. Seção 1, p. 345. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Paraná. **Série histórica do salário mínimo – valor** [tabela]. [201-?]. Recurso online. Disponível em: <<http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, [2013?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007. [online]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BREVE história do CRUSP. **Jornal da USP Livre**, n. 26, [online], 06 mar. 2012. Disponível em: <<http://usplivre.org.br/2012/03/06/breve-historia-do-crusp/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2004.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise (Org.).

Reforma universitária: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006. p. 125-139.

CARVALHO, Marcos Bernardino de; PEREIRA, Diamantino Alves. Urbanidades de uma universidade pública e inclusiva. A implantação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (Universidade de São Paulo/ Brasil) na Zona Leste de São Paulo (região 'periférica'): lições e aprendizados. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331, 1 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-49.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARLOT, Bernard. O sociólogo, o psicanalista e o professor. In: MRECH, Leny Magalhães. **O impacto da psicanálise na educação.** São Paulo: Avercamp, 2005a.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber:** formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. São Paulo: Artes Médicas, 2005b.

CHAUÍ, Marilena. 'A universidade está se transformando em uma organização' analisa a filósofa Marilena Chauí. Entrevistador Hugo Rafael [postagem]. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **[Site oficial]**. Belo Horizonte, 10 out. 2014a Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/035480.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set.-dez. 2003. Trabalho apresentado na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

CHAUÍ, Marilena. Contra a universidade operacional: a greve de 2014 (8 de agosto de 2014) [postagem]. In: TOGNOLLI, Claudio. **Claudio Tognolli** [blog]. [S.l.], 13 ago. 2014b. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/claudio-tognolli/exclusivo-%C3%ADntegra-da-cr%C3%ADtica-marilena-chau%C3%A0-universidade-013744867.html>>. Acesso em: 20. jun. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2003

DEMO, Pedro. **Sociologia da educação:** sociedade e suas oportunidades. Brasília: Palno, 2004.

EACH seus problemas e quiçá soluções [blog]. [2014]. Disponível em: <<https://eachseusproblemas.wordpress.com/>>. Acesso em: 25 maio 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** v. 2,

no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo. Global, 2008.

FINATTI, Elmer Betty; ALVES, Jolinda de Moraes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, Geila Gonçalves et al. **Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas**. [S.l.], 1996.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Primeira pesquisa do perfil social, cultural e econômico dos estudantes das IFES**. [S.l.], 1997a.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Proposta com o objetivo de fornecer subsídios à elaboração de uma política de assistência estudantil**. [S.l.], 1997b.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Assistência estudantil: uma questão de investimento**. [S.l.], 2000.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES**. [S.l.], 2004.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. [S.l.], 2007.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. [S.l.], 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12934.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Quero, 1990.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão**. 1987. v. II. Tese (Doutorado) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres". **Estudos Avançados**, v.13, n. 35, p. 167-198, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. Para uma crítica da razão psicométrica. **Psicologia USP**, v. 8, n. 1, 1997.

GALASTRI, Luciana. As 10 universidades mais antigas do mundo. **Revista Galileu**, [online, 2013?]. Disponível em:

<<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI343904-17770,00-AS+UNIVERSIDADES+MAIS+ANTIGAS+DO+MUNDO.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GARCIA, Sylvia Gemignani; CARLOTTO, Maria Caraméz. Tensões e contradições do conceito de organização aplicado à universidade: o caso da criação da USP-Leste. **Avaliação**, v. 18, n. 3, p. 657-684, nov. 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n3/08.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GHANEM, Elie; MARCHIONI, Antonio Luiz. A USP Leste e a contribuição de comunidades locais para a inovação das comunidades universitárias. In: GOMES, Celso de Barros (Org.). **USP Leste: a expansão da universidade do oeste para o leste**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 197-211.

GOMES, Celso de Barros. USP Leste escreve nova história. **Folha de S. Paulo**, 24 mar. 2005. Opinião. Tendências/Debates. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2403200510.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 158 p. (Interpretações da história do homem, 2).

HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa, PB. **História da educação brasileira: experiências e peculiaridades: anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. 2012. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. [online]. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Carla Patricia Novaes de. A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2006.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da**

educação no Brasil: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 2.

MOREIRA, João Roberto. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: CLAPS, 1960.

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade**: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRRN, 2000a.

MORIN, Edgar. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

MORIN, Edgar. **Universidade e poder**: análise crítica, fundamentos históricos (1930-45). 2.ed. Brasília: Plano, 2000b.

MOURA, Bruno Azevedo; MOURA, Leides Barroso Azevedo. Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional. **Acta Scientiarum Education**, v. 35, n. 2, p. 213-222, jul.–dez., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20400/pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 35-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

OLIVEIRA, Tory. Terra de ninguém : os imbróglios que levaram à interdição da USP Leste após uma série de problemas ambientais e acusações de má gestão. **Carta na Escola**, [online], n. 84, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/294>>. Acesso em: 20 jun. 2015

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre, RS. **Anais do I SEA**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 8-18. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. **O espetáculo da educação**: os Centros Educacionais Unificados do Município de São Paulo como espaços públicos de lazer. 2009. 280 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09092009-163829/pt-br.php>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PALACIOS, Ricardo. O fim da “greve” de estudantes da USP. **Carta Capital**, [online], 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/o-fim-da-201cgreve201d-de-estudantes-da-usp-3376.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, v. 1, n. 24, p. 78-109, 2006. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

PITARELLO, Marli. **Seleção socioeconômica**: legitimação da desigualdade social na sociedade capitalista: um estudo dos fundamentos sócio-históricos de sua operação na política social e no serviço social. 2013. 365 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

QUADROS, Ruy; BRISOLLA, Andra; FURTADO, André; BERNARDES, Roberto. Força e fragilidade do sistema de inovação paulista. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 3, p. 124-141, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES/USP, 1991. (Documento de Trabalho, 8/91). Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SÃO PAULO. Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Ementa cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial**, 10 maio 1934. p. 1. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=130436>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SÃO PAULO. Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da

Universidade de São Paulo. **Diário Oficial**, 16 dez. 1969. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-52-326-de-16-de-dezembro-de-1969>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. A questão da inclusão social na universidade brasileira." In: PEIXOTO, M. D. C. L.; ARANHA, A. V. (Ed.). **Universidade pública e exclusão social**: experiência e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 23-43.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 161-189, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100012>>. Acesso em: 13 maio 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **América Latina** : universidades en transición. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1996. cap. 1-2.

SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior no Brasil, 1998**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. 31 p. (Série documental. Textos para discussão).

SEVERINO, António Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo. Olho d'Água, 2001.

SILVA, Alessandro Soares da. Alguns elementos para a construção de uma consciência política coletiva. In: SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo arco-íris da política**: a Parada do Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. f. 473-515.

SILVA, Nelson do Valle. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 105-138.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A plenitude da escalada repressiva. Entrevistador Matheus Pichonelli. **Carta Capital**, [online], 18 maio 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-plenitude-da-escalada-repressiva/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Democratização vs. privatização da USP: a cartada final. In: BOITEMPO EDITORIAL. **Blog da Boitempo**. São Paulo, [online], 28 mai. 2014a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/28/democratizacao-vs-privatizacao-da-usp-acartada-final/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Um espectro ronda a USP: a democracia. In: BOITEMPO EDITORIAL. **Blog da Boitempo**. São Paulo, [online], 20 fev. 2014b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/02/20/um-espectro-ronda-a-usp-ademocracia/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Joiciane Aparecida de. **Políticas de acesso à educação superior: flexibilização e democratização do ingresso na universidade.** 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

TERRIBILI FILHO, Armando. **Educação superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante.** 2007. 186 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Agência USP de Notícias. **USP aprova Enem como nova forma de ingresso nos cursos de graduação** [postagem]. São Paulo, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/?p=212670>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário estatístico da Universidade de São Paulo 2011** [online]. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_2011.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educativo. **NASCE** [site]. São Paulo: EACH/USP, c2010. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/nasce/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sala de Imprensa. **Comunicado da EACH sobre a interdição do campus** [postagem]. São Paulo, 08 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?p=36055>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sala de Imprensa. **SISU** : tabela de vagas 2016. São Paulo: USP, 2015a. 4 p. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/wp-content/uploads/TABELA-DE-VAGAS-SISU-2016-Nova.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Superintendência de Assistência Social. Divisão de Promoção Social. **PAPFE 2015** : orientações gerais. São Paulo, [2015b]. Disponível em: <<http://www.usp.br/coseas/COSEASHP/dps/PAPFE2015/orientacoespapfe2015.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Anuário estatístico 2011**. São Paulo: UNESP, 2011. Disponível em: <http://www.unesp.br/ape//mostra_arq_multi.php?arquivo=8160>. Acesso em: 24 jan. 2015.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso y poder**. Barcelona: Gedisa, 2011.

VIUDE, Andréa. Envelhecimento, cultura e sociedade. **Kairós. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde**, v. 12, Caderno Temático 4, p. 59-70, ago. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2528/1612>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Roteiro de entrevistas aos estudantes:

- 1) O que significa para você o vestibular? e a universidade? Em especial o que significava a universidade de São Paulo, antes de entrar? E agora? Você se preparou com antecedência para o vestibular? ()sim ()não
- 2) Como você se preparou? Com quanto tempo de antecedência? Houve apoio dos familiares? Como?
- 3) O que te mobilizou para prestar vestibular na USP? O que significa a USP? O que significa ser aluno da USP? Por que? Hoje o que você imagina é uma realidade? Explique os motivos da mudança de pensamento.
- 4) Você sabia que a USP tem um Programa de Assistência à Permanência e Formação Estudantil, antes de entrar, soube depois de entrar? ()sim ()não. Se sim, como ficou sabendo? Pelo que sabe hoje, sua opinião mudou em relação ao programa? Explique como houve a mudança.
- 5) Como você entende a qualidade de vida? E a qualidade de vida na universidade? Os auxílios que você recebe interferem na sua qualidade de vida como estudante universitário? Como?
- 6) Você entende como as palavras permanência e formação estudantil? O programa da USP contempla de qual modo essas duas modalidades de apoio? Quais críticas, de apoio ou contrárias você teria ao programa?
- 7) Você notou mudanças no programa de apoio entre 2014 e 2015? Quais? Por favor descreva e explique. Você atribui a quais motivos essas mudanças?
- 8) Como você entende que esse programa é proposto e aprovado na universidade. Como é a participação da comunidade universitária na formulação e implementação desse programa? Em especial fale sobre a participação, ou não, da comunidade estudantil nesse processo.
- 9) Como você proporia um programa de permanência e formação estudantil?
- 10) Os auxílios recebidos são suficientes para você manter-se na universidade? ()sim ()não. Se não, qual sua sugestão para implementação de algo novo no Programa de Assistência à Permanência E Formação Estudantil?
- 11) Como você utiliza os valores que recebe de apoio estudantil? Descreva o impacto desse apoio no orçamento de sua família. Como sua família compreende esse apoio? Se o programa fosse interrompido hoje, o que aconteceria em reação à sua permanência na universidade? E em relação à sua família?

12) Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre o programa de permanência estudantil?

13) Como você compreende que uma pesquisa como esta poderia ajudar na compreensão do programa? Ou em seu aprimoramento? Como você acha que o programa deveria ser avaliado para entender efetivamente a permanência e formação estudantil?

SiSU
TABELA DE VAGAS 2016

ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA			
UNIDADE	CURSOS	VAGAS SiSU	DETALHAMENTO VAGAS SiSU
EACH USP Leste	Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Ciências da Natureza	54 36	36 (EP-PPI) / 18 (AC) 24 (EP-PPI) / 12 (AC)
EEL	Engenharia de Materiais Engenharia Bioquímica Engenharia Química Engenharia Ambiental Engenharia de Produção Engenharia Física (Lorena)	10 10 40 10 10 10	Todas as para alunos de EP
FFCLRP	Química – Bacharelado (Habilitações: Química Bacharelado; Química Forense; Química Tecnológica, Biotecnologia e Agroindústria; e Química Ambiental) Física Médica Licenciatura em Química	6 6 5	EP EP EP
FMRP/ FFCLRP	Informática Biomédica	4	EP
FZEA	Engenharia de Alimentos Engenharia de Biossistemas (Pirassununga)	20 12	Todas EP
IAG	Geofísica – Bacharelado Meteorologia Astronomia	3 3 2	Todas EP
ICMC	Ciências da Computação - Bach. Matemática - Bach. e Licenciatura Matemática Aplic. e Comput. Científica Sistema de Informação - Bacharelado Estatística – Bacharelado	30 9 8 12 12	Todas as vagas para Ampla Concorrência (AC)
IFSC	Física – Bacharelado Ciências Físicas e Biomoleculares – Bacharelado – Ênfase Tecnológica Física Computacional – Bach.	8 8 8	Todas as vagas para Ampla Concorrência (AC)
IFSC/IQSC/ ICMC	Ciências Exatas - Licenciatura (São Carlos)	15	
IGc	Geologia Geociências e Educação Ambiental – Lic.	5 4	EP EP
IME	Matemática - Licenciatura Estatística – Bacharelado Matemática Aplicada - Bacharelado Matemática Aplicada e Comput. - Bach.	10 6 2 5	EP EP AC AC

ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA (continuação)			
UNIDADE	CURSOS	VAGAS SiSU	DETALHAMENTO VAGAS SiSU
IQ	Química – Bacharelado e Licenciatura – Integral (Bach. – Ênfases: Tecnológica; Biotecnologia; Bioquímica e Biologia Molecular)	10	Todas as vagas para ampla Concorrência (AC)
	Licenciatura em Ciências da Natureza Química - Bacharelado e Licenciatura – Noturno (Bach. – Ênfase em Química Ambiental)	10	
IO	Oceanografia – Bacharelado	10	5 (EP) / 5 (AC)
	Sub-Total	413	231 (EP) / 182 (AC)

Vagas diurnas: I - Integral M - Matutino V - Vespertino D – Diurno

AC = AMPLA CONCORRÊNCIA

EP = candidatos que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em Escolas Públicas.

ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS			
UNIDADE	CURSOS	VAGAS SiSU	DETALHAMENTO VAGAS SiSU
EACH USP Leste	Educação Física e Saúde Gerontologia Obstetrícia	18 18 18	12 (EP-PPI) / 6 (AC) 12 (EP-PPI) / 6 (AC) 12 (EP-PPI) / 6 (AC)
EEFE	Educação Física e Esporte - Educação Física (Bach. e Lic.) e Esporte (Bach.)	20	EP
EEFE/RP	Educação Física e Esporte Ribeirão Preto	12	EP
EE	Enfermagem - Bach. e Lic.	16	EP
EERP	Enfermagem – Bacharelado Enfermagem – Bach. e Lic-RP	8 5	EP EP
ESALQ	Engenharia Agrônoma Engenharia Florestal	40 8	AC AC
FCF	Farmácia-Bioquímica	30	EP
FCFRP	Farmácia-Bioquímica (Ribeirão Preto)	5	EP
FFCLRP	Psicologia - Bach. e Psicólogo	8	EP
FMRP	Medicina Fisioterapia Terapia Ocupacional Nutrição e Metabolismo Fonoaudiologia Ciências Biomédicas - Ênfases em Ciências Básicas da Saúde e em Biotecnologia em Saúde (Ribeirão Preto)	10 4 2 3 3 3	EP EP EP EP EP EP
FMVZ	Medicina Veterinária	8	EP
FOB	Fonoaudiologia (Bauru)	12	8 (EP) / 4 (AC)
FORP	Odontologia (Ribeirão Preto)	8	AC
FSP	Nutrição Saúde Pública – Bach.	16 8	AC 4 (EP) / 4 PPI
FZEA	Zootecnia Medicina Veterinária (Piras.)	8 12	EP EP
IB	Ciências Biológicas - Bach./Lic.	18	EP
ICB	Ciências Biomédicas - Bach.	6	EP
IP	Psicologia - Bach./Lic. e Psicólogo	21	10 (EP) / 11 (PPI)
	Sub-Total	348	262 (EP) / 86 (AC)

Vagas diurnas: I - Integral M - Matutino V - Vespertino D – Diurno

AC = AMPLA CONCORRÊNCIA

EP = candidatos que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em Escolas Públicas.

ÁREA DE HUMANIDADES			
UNIDADE	CURSOS	VAGAS SISU	DETALHAMENTO VAGAS SISU
EACH USP Leste	Bach. em Têxtil e Moda	18	12(EP-PPI / 6 (AC)
	Bacharelado em Lazer e Turismo	36	24(EP-PPI /12(AC)
	Bacharelado em Gestão Ambiental	36	24(EP-PPI /12(AC)
	Gestão de Políticas Públicas	36	24(EP-PPI /12(AC)
	Marketing	36	24(EP-PPI /12(AC)
ESALQ	Gestão Ambiental - Bacharelado	8	AC
FD	Direito	92	EP
FDRP	Direito (Ribeirão Preto)	20	EP
FEARP	Administração	11	EP
	Ciências Contábeis	5	EP
	Economia	5	EP
	Economia Empresarial e Controladoria	7	EP
FE	Pedagogia (São Paulo)	54	EP
FFCLRP	Pedagogia	10	EP
	Ciências da Informação e da Documentação – Bacharelado	8	EP
FFLCH	Ciências Sociais - Bach./Lic.	42	EP
	Filosofia - Bach./Lic.	34	EP
	Geografia - Bach./Lic.	34	EP
	História - Bach./Lic.	54	EP
	Letras – Básico	170	EP
IRI	Relações Internacionais – Bacharelado	12	6 (EP) / 6 (PPI)
	Sub-Total	728	666 (EP) / 62 (AC)

* Vagas diurnas: I - Integral M - Matutino V - Vespertino D – Diurno

AC = AMPLA CONCORRÊNCIA

EP = candidatos que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em Escolas Públicas.

Resumo Vagas SiSU:

Área de Ciências Exatas e Tecnologia: 413

Área de Ciências Biológicas: 348

Área de Humanidades: 728

Total de Vagas: 1.489

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Inclusão social no meio universitário: o discurso e a vivência cotidiana do estudante na EACH USP

Pesquisador: Ieda de Menezes Reis

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 19441013.0.0000.5390

Instituição Proponente: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 606.615

Data da Relatoria: 06/03/2014

Apresentação do Projeto:

A pesquisa apresentada analisa os programas de inclusão para estudantes oriundos da escola pública e o seu principal programa é o INCLUSP que tem previsto desde bônus nas notas do vestibular, bem como auxílios financeiros aos estudantes carentes.

Propõe realizar uma análise crítica dos referidos programas ao identificar na prática cotidiana como assistente social as dificuldades diárias destes estudantes, os obstáculos que encontram para cumprir com as exigências acadêmicas.

A pesquisadora aponta que a finalidade deste estudo é sistematizar e teorizar sobre nossa prática analisando este discursos de inclusão da Universidade com a exclusão social que observamos empiricamente no cotidiano destes estudantes.

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

Objetivo da Pesquisa:

O projeto apresenta a intenção de analisar o discurso de inclusão social da Universidade de São Paulo, que ao longo dos anos vem implementando políticas de inclusão aos alunos provenientes de escola pública e de famílias de baixa renda, com os relatos à respeito do cotidiano dos alunos ingressantes em 2005, na EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e beneficiados por estas políticas implementadas pela Universidade. Constam os seguintes objetivos no projeto de pesquisa:

Objetivo Primário:

Sistematizar e teorizar à respeito de qual é este discurso apresentado pela universidade e qual o cotidiano dos alunos por ela incluídos no mundo universitário na EACH. Visto que, observamos empiricamente uma exclusão no cotidiano dos alunos.

Objetivo Secundário:

Entender os mecanismos de resistência e resiliência dos estudantes universitários atendidos pelos apoios universitários- analisar o discurso da Universidade de São Paulo com a fala dos alunos atendidos com os apoios estudantis - identificar e compreender os mecanismos de resistência do estudante de baixa renda na universidade - identificar e compreender o cenário universitário onde este estudante está inserido, focada esta análise na EACH - investigar o cotidiano destes estudantes e os mecanismos da exclusão cotidiana. - sistematizar e teorizar à respeito da prática profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São indicados pela pesquisadora os seguintes riscos e benefícios:

Riscos:

Quebra do sigilo das entrevistas por terceiros

Benefícios:

Propor novas possibilidades de atendimentos aos estudantes universitários de baixa renda, como

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

Continuação do Parecer: 606.615

novas compreensões de seu papel na universidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa é coerente aos objetivos e finalidades anunciados pela pesquisadora.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O documento foi devidamente elaborado, conforme as solicitações da CONEP.

Recomendações:

O cronograma apresentado está adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO PAULO, 07 de Abril de 2014

Assinador por:
Rosa Yuka Sato Chubaci
(Coordenador)

Endereço: Av. Arlindo Bértio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br